Cantagalo General Grains S.A.

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016

KPDS 188967

Conteúdo

Relatório da administração **3**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras **7**

Balanços patrimoniais **11**

Demonstrações de resultados **12**

Demonstrações de resultados abrangentes **13**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido **14**

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto **15**

Demonstrações do valor adicionado **16**

Notas explicativas às demonstrações financeiras **17**

Relatório da administração

(Em milhares de Reais)

Senhores acionistas

Atendendo às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Cantagalo General Grains S.A. ("Cantagalo") relativos ao período encerrado em 31 de dezembro de 2016, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes.

Apresentação

A Cantagalo General Grains S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Magalhaes de Castro, 4.800, 11º andar, sala 2, cidade de São Paulo - SP, constituída em 25 de outubro de 2010, com o objetivo de cultivo de soja, milho, algodão, outros cereais e serviços auxiliares ao transporte rodoviário de cargas em geral.

Desempenho operacional

O ano de 2016 foi um ano atípico para os produtores do setor agrícola, já que os custos de safra não acompanharam de imediato os menores níveis do mercado de grãos da Bolsa de Chicago, consequentemente pressionando as margens do setor produtivo no Brasil, fazendo com que essas chegassem nos menores níveis dos últimos anos. Além disso a alta volatilidade cambial contribuiu para maior dificuldade no gerenciamento das dívidas em moeda estrangeira.

O efeito climático do fenômeno do "El Niño" também prejudicou a produção agrícola em praticamente todas as regiões do país, com volume de chuvas muito abaixo da média dos anos anteriores e consequentemente menor produtividade para as safras de soja, milho e algodão.

Governança

Em novembro de 2016 o Conselho da Administração nomeou uma nova diretoria executiva, composta por experientes executivos do mercado agrícola, com a finalidade de retomar as operações agrícolas da Companhia e suas controladas, focando principalmente nas culturas de soja e milho, alavancando o potencial de sinergia entre as empresas do grupo, bem como reestruturar a dívida e reestabelecer a liquidez. A mesma diretoria executiva foi nomeada para a CGG Trading S.A., controlada da Cantagalo General Grains S.A., proporcionando dessa forma um completo alinhamento estratégico das operações.

Reestruturação da dívida

Conforme detalhado na nota explicativa 31, em 7 de abril de 2017, a Companhia e suas subsidiárias assinaram um reperfilamento da dívida envolvendo todos os bancos credores, prolongando 67% das dívidas do curto prazo para o longo prazo, equacionando dessa maneira a condição de liquidez da Companhia. Esse novo cenário pode ser visto na nota explicativa 21.

Ativo imobilizado - propriedades rurais

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia contava com um portfólio de 4 glebas de terras sob seu controle, sendo Fazenda Siqueira (Brasnorte - MT), Fazenda Tropical (Barra Grande do Ribeiro - PI), Fazenda Acreúna (Acreúna - GO) e Fazenda Maria da Cruz (Pedras de Maria da Cruz - MG).

No contexto do reperfilamento de dividas descritos acima, A Administração contratou empresas de consultorias que efetuaram a avaliação patrimonial das terras supracitadas em concordância com a metodologia e normas estabelecidas pelo IBAPE - Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia e NBR da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. O resultado dessa avaliação pode ser resumido conforme abaixo:

	Área	Valor Original	Benfeitorias	Total do Custo Contábil	Avaliação de Valor Patrimonial	Mais valia
Descrição	**Hectares**	**R$**	**R$**	**R$**	**R$**	**R$**
Fazenda Pedras de Maria da Cruz - MG	22.076	3.655	788	4.442	99.400	94.958
Fazenda Fronteira - Brasnorte - MT	51.154	151.167	10.073	161.240	599.312	438.072
Fazenda Tropical - Baixa Grande do Ribeiro - Piauí	23.060	22.284	-	22.284	209.304	187.020
Fazenda Acreúna - Goiás	5.224	40.716	-	40.716	140.546	99.830
Total	**101.514**	**217.822**	**10.861**	**228.682**	**1.048.562**	**819.880**

O valor da avaliação patrimonial trata-se do valor mais provável de um bem, num razoável limite de tempo, numa circunstância em que o comprador encontra-se interessado, porém não obrigado a adquirir este bem, e o vendedor encontra-se disposto a vender, mas não obrigado, numa determinada data, dentro das condições do mercado vigentes na ocasião. Os valores obtidos não representam os valores efetivos de negociação, devendo ser assumidos como valor de referência. É caracterizado pelas premissas e informações, além de Normas Técnicas específicas e vistorias e inspeções “in loco”. Este valor pode advir do valor de reprodução ou reposição.

O valor efetivo de negociação é estabelecido de forma particular num mercado livre de compra e venda e por consequência podem diferir significativamente do valor de avaliação, quando de uma efetiva negociação considerando que esses valores se referem a uma estimativa contábil.

A diferença entre o valor mantido nos registros contábeis e aqueles valores de avaliação apurados na forma acima descrita, demonstra um valor total das terras de R$1.048.562 (representando uma mais valia de R$819.880 em relação ao valor mantido nos registros contábeis). Vide nota explicativa 17.

Ativo intangível - direito de concessão do terminal Tegram

Ainda no contexto do reperfilamento da dívida acima descrito, a Administração, por meio de da contratação de peritos avaliadores independentes, procedeu a avaliação do direito contratual de concessão do terminal Tegram localizado no porto de Itaqui - MA, reconhecido nas demonstrações financeiras no ativo intangível, o qual apresenta benefícios econômicos futuros que superam significativamente o seu custo contábil de formação/aquisição e representam o valor justo do negócio. Esse valor justo, obtido por referência a outros empreendimentos semelhantes, resultou na avaliação em um montante de R$525.794, que representa uma mais

valia em relação aos valores contábeis desse ativo no montante R$383.834. Vide nota explicativa 31.

Descrição	Total do Custo Contábil R$	Valor de Mercado R$	Mais valia R$
TEGRAM	141.960	525.794	383.834
Total	**141.960**	**525.794**	**383.834**

Informação suplementar

Para uma melhor compreensão dos efeitos das avaliações a valor justo dos ativos acima descritos, apresentamos abaixo os efeitos que esses valores justos produziriam nos saldos dos ativos e passivos da companhia:

Os efeitos de ambas avaliações estão demonstrados a seguir:

Ativo		BR GAAP	Efeitos das avaliações	Saldo Atualizado
Circulante				
	Caixa e Equivalentes de Caixa	43.388	-	43.388
	Instrumentos Financeiros Derivativos	41.994	-	41.994
	Contas a Receber	26.607	-	26.607
	Estoques	4.466	-	4.466
	Adiantamentos a Fornecedores	85.572	-	85.572
	Ativo Biológico	1.727	-	1.727
	Partes Relacionadas	114.031	-	114.031
	Impostos a Recuperar	69.768	-	69.768
	Outros Créditos	1.272	-	1.272
Total do ativo circulante		**388.824**	**-**	**388.824**
	Partes Relacionadas	18.580	-	18.580
	Contas a Receber	2.962	-	2.962
	Mercadorias a Receber	61.442	-	61.442
	Adiantamentos a Fornecedores	74.222	-	74.222
	Impostos a Recuperar	39.406	-	39.406
	Impostos Diferidos	202.930	(65.794)	137.136
	Outros Créditos	2.859	-	2.859
	Investimentos	59	-	59
	Imobilizado	301.473	819.880	1.121.353
	Ativo Biológico	4.750	-	4.750
	Bens Intangíveis	187.015	383.834	570.849
Total do não circulante		**895.698**	**1.137.920**	**2.033.618**
Total do Ativo		**1.284.522**	**1.137.920**	**2.422.442**

Passivo		BR GAAP	Efeitos das avaliações	Saldo atualizado
Passivo Circulante				
	Mercadorias a Entregar	81.407	-	81.407
	Impostos Diferidos	51.904	-	51.904
	Fornecedores	79.436	-	79.436
	Empréstimos e Financiamentos	273.994	-	273.994
	Partes Relacionadas	19.787	-	19.787
	Outras contas a pagar	141.487	-	141.487
Total Passivo Circulante		**648.015**	**-**	**648.015**
Não circulante				
	Impostos Diferidos	-	242.127	242.127
	Mercadorias a Entregar	104.523	-	104.523
	Empréstimos a Longo Prazo	667.343	-	667.343
	Provisões para riscos fiscais e trabalhistas	4.472	-	4.472
Total do Passivo não circulante		**776.338**	**242.127**	**1.018.465**
Patrimônio líquido				
	Capital Social Subscrito e Integralizado	366.418	-	366.418
	Lucros (Prejuízos) Acumulados	(679.036)	-	(679.036)
	Ajuste de Avaliação de Patrimonial	186.823	786.532	973.355
Total do Patrimônio Líquido Atribuível aos Controladores		**(125.795)**	**786.532**	**660.738**
Participação de não controladas		(14.036)	109.261	95.225
Total do Patrimônio Líquido		**(139.831)**	**895.793**	**755.963**
Total do Passivo		**1.284.522**	**1.137.920**	**2.422.442**

Por fim, lembramos que embora não permitido pela legislação societária brasileira, a reavaliação de ativos componentes do imobilizado e seu reconhecimento contábil é permitida pelas normas internacionais de contabilidade emitida pelo IASB - *Internacional Accountant Standards Board*, não ocorrendo essa permissão às participações acionárias em controladas e ativos intangíveis., os quais acima estão sendo considerados como Valor a Mercado.

Agradecimentos

A Companhia agradece a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a consecução dos objetivos sociais.

São Paulo - SP 18 de maio de 2017

A Administração

KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Ao Conselheiro da Administração e aos Acionistas da
Cantagalo General Grains S.A.
São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cantagalo General Grains S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cantagalo General Grains S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional
Chamamos à atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R$ 330.452 mil na controladora e R$ 537.716 mil no consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, e nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo em R$ 362.612 mil na controladora e R$ 815.976 mil no consolidado, bem como divulga certas ações que estão sendo implementadas pela Companhia para a reversão desse cenário. A continuidade operacional da Companhia e suas controladas depende da capacidade da Administração executar os planos de negócio compartilhados junto ao Conselho de Administração. Esses eventos ou condições, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado
As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro

(IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de

continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

  Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de maio de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Cantagalo General Grains S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	2.686	11.788	43.388	148.142
Instrumentos financeiros derivativos	26	-	-	41.994	166.671
Contas a receber	10	5.297	2.123	26.607	170.911
Estoques	11	1.608	30.181	4.466	233.238
Adiantamentos a fornecedores	12	393	2.956	85.572	308.122
Ativo biológico	13	1.727	53.651	1.727	53.651
Partes relacionadas	14	31.566	16.622	114.031	39.784
Ativo disponível para venda		-	5.725	-	97.804
Impostos a recuperar		6.538	5.405	69.768	73.024
Outros creditos		531	286	1.271	4.337
Total do ativo circulante		**50.346**	**128.737**	**388.824**	**1.295.685**
Partes relacionadas	14	4.187	6.463	18.580	6.463
Contas a receber	10	2.308	2.088	2.962	11.482
Mercadorias a receber	15	23.770	-	61.442	-
Adiantamentos a fornecedores	12	-	-	74.222	40.535
Impostos a recuperar		2.107	3.931	39.406	50.074
Impostos diferidos	24	88.081	158.497	202.930	275.921
Outros creditos		2.859	4.709	2.859	4.709
Total do realizável a longo prazo		**123.312**	**175.689**	**402.401**	**389.184**
Investimentos	16	398.018	650.345	59	70
Imobilizado	17	32.525	60.295	301.473	382.151
Ativo biológico	13	4.750	4.989	4.750	4.989
Bens intangiveis	18	1.019	1.839	187.015	237.467
		436.312	**717.469**	**493.297**	**624.678**
Total do ativo não circulante		**559.624**	**893.158**	**895.698**	**1.013.862**
Total ativo		**609.970**	**1.021.894**	**1.284.522**	**2.309.547**

		Controladora		Consolidado	
Passivo	**Nota**	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**
Circulante					
Mercadorias a entregar	19	81.407	36.786	81.407	36.786
Instrumentos financeiros derivativos	26	-	-	51.904	73.861
Fornecedores	20	20.876	34.320	79.436	177.054
Emprestimos e financiamentos	21	230.954	251.205	830.779	1.060.597
Partes relacionadas	14	78.274	25.224	19.787	-
Outras contas a pagar		1.447	3.895	141.487	20.943
Total do passivo circulante		**412.958**	**351.430**	**1.204.800**	**1.369.242**
Não circulante					
Partes relacionadas	14	159.535	201.893	-	-
Impostos diferidos	24	-	-	-	6.320
Mercadorias a entregar	19	104.523	142.080	104.523	142.080
Emprestimos e financiamentos	21	56.772	140.563	110.558	390.757
Provisões para riscos fiscais	22	1.976	-	4.472	-
Total do passivo não circulante		**322.806**	**484.536**	**219.553**	**539.157**
Patrimônio líquido	25				
Capital social		366.418	366.418	366.418	366.418
Ajustes de avaliação patrimonial		186.823	168.093	186.823	168.093
Prejuizos acumulados		(679.035)	(348.583)	(679.035)	(348.583)
Total do Patrimonio Líquido		**(125.794)**	**185.928**	**(125.794)**	**185.928**
Participação de acionistas não controladores		-	-	(14.037)	215.220
Total do patrimonio líquido		**(125.794)**	**185.928**	**(139.831)**	**401.148**
Total passivo e patrimonio líquido		**609.970**	**1.021.894**	**1.284.522**	**2.309.547**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Cantagalo General Grains S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**
Receita operacional líquida	27	**111.751**	**147.691**	**2.629.201**	**4.620.879**
Variação no valor justo de ativo biológico	13	**(2.814)**	**749**	**(2.814)**	**749**
Custo dos produtos comercializadas	28	**(151.732)**	**(143.347)**	**(2.997.619)**	**(4.584.107)**
Lucro / (prejuízo) bruto		**(42.795)**	**5.093**	**(371.232)**	**37.521**
Despesas Gerais e Administrativas	28	(11.043)	(14.577)	(78.792)	(79.924)
Resultado de Equivalencia Patrimonial	16	(223.326)	(12.499)	-	(2.497)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		6.950	(19.509)	15.586	(19.291)
Resultado antes do resultado financeiro líquido		**(270.214)**	**(41.492)**	**(434.438)**	**(64.191)**
Financeiras líquidas		**(27.630)**	**(27.493)**	**(76.457)**	**(50.893)**
Variacao cambial líquida		**36.030**	**(92.287)**	**29.117**	**(91.086)**
Resultado de mercadorias a entregar		**1.778**	**(75.583)**	**(4.529)**	**(75.583)**
Resultado financeiro líquido	29	**10.178**	**(195.363)**	**(51.869)**	**(217.562)**
Prejuizo antes do imposto de renda e contribuição social		**(260.036)**	**(236.855)**	**(486.307)**	**(281.753)**
Impostos de renda e contribuição social diferidos	24	(70.416)	75.909	(51.409)	109.153
Prejuizo do exercício		**(330.452)**	**(160.946)**	**(537.716)**	**(172.600)**
Resultado atribuíveis aos:					
Acionistas controladores		-	-	(330.452)	(160.946)
Acionistas não controladores		-	-	(207.264)	(11.654)
Prejuízo do exercício		**(330.452)**	**(160.946)**	**(537.716)**	**(172.600)**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Cantagalo General Grains S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Atribuível aos acionistas controladores					
	Capital social	**Ajustes de Avaliação Patrimonial**	**Prejuízos Acumulados**	**Total**	**Participação Acionistas não Controladores**	**Total do Patrimônio Líquido**
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**366.418**	**137.574**	**(187.637)**	**316.355**	**155.723**	**472.078**
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-
Ajustes acumulados de conversão	-	30.519	-	**30.519**	71.151	**101.670**
Prejuízo do Exercício	-	-	(160.946)	**(160.946)**	(11.654)	**(172.600)**
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**366.418**	**168.093**	**(348.583)**	**185.928**	**215.220**	**401.148**
Ajustes acumulados de conversão	-	18.730	-	**18.730**	(21.993)	**(3.263)**
Prejuízo do Exercício	-	-	(330.452)	**(330.452)**	(207.264)	**(537.716)**
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**366.418**	**186.823**	**(679.035)**	**(125.794)**	**(14.037)**	**(139.831)**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Cantagalo General Grains S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**
Resultado do exercício	(330.452)	(160.946)	(537.716)	(172.600)
Resultados abrangentes	-	-	-	-
Ajuste acumulado de conversão	18.730	30.519	(3.263)	101.670
Resultado abrangente total	**(311.722)**	**(130.427)**	**(540.979)**	**(70.930)**
Resultado abrangente atribuíveis aos:				
Acionistas controladores	(311.722)	(130.427)	(311.722)	(130.427)
Acionistas não controladores	-	-	(229.257)	59.497
Resultado abrangente total	**(311.722)**	**(130.427)**	**(540.979)**	**(70.930)**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Cantagalo General Grains S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Prejuízo do Exercício	**(330.452)**	**(160.946)**	**(537.716)**	**(172.600)**
Ajustes para conciliação do prejuízo às disponibilidades aplicadas nas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	7.056	7.942	21.543	19.503
Baixa do Ativo Imobilizado	11.156	1.087	16.167	1.291
Baixa da Terra (Fazenda)	25.135	-	82.246	-
Ativos biológicos colhidos	114.738	123.199	114.738	123.199
Imposto de renda e contribuição social diferidos	70.416	(75.909)	51.409	(109.153)
Resultado de equivalência Patrimonial	223.326	12.499	-	2.497
Despesas de juros sobre empréstimos	13.241	14.949	49.953	52.722
Perda cambial	(36.030)	92.287	(29.117)	91.086
Provisão sobre Ágio em Investimentos	-	19.734	-	19.734
Ajuste a valor justo de mecadorias a entregar	(1.778)	75.583	4.529	75.583
Ajuste a valor justo de ativos biológicos	2.814	(749)	2.814	(749)
Ajuste a valor justo da Fazenda Fronteira	(12.822)	-	(12.822)	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(3.263)	101.670
	86.800	**109.676**	**(239.519)**	**204.783**
Variações nos ativos e passivos				
Estoques	28.573	13.200	228.772	(67.171)
Adiantamentos a fornecedores	2.563	6.794	188.863	(110.849)
Instrumentos Financeiros derivativos	-	-	102.720	(57.002)
Contas a Receber	(3.395)	(1.110)	152.824	(47.312)
Ativo disponível para venda	5.725	-	97.804	-
Impostos a recuperar	2.668	(935)	18.396	(30.999)
Outros Créditos	1.605	(21)	4.914	(3.134)
Impostos de renda diferido	-	-	15.263	(28.750)
Partes Relacionadas	45.757	32.484	(66.576)	(27.208)
Fornecedores	(13.445)	19.473	(97.617)	92.056
Outras Contas a Pagar	(2.448)	(613)	120.543	6.199
Caixa proveniente (aplicado) nas atividades operacionais	**154.403**	**178.949**	**526.387**	**(69.388)**
Juros pagos	(15.529)	(10.814)	(38.624)	(49.171)
Fluxo de caixa liquido (gerado) aplicado nas atividades operacionais	**138.874**	**168.135**	**487.763**	**(118.559)**
Fluxo de Caixa de Atividades de Investimento				
Aumento de investimentos e participações	-	-	11	(66)
Aquisição de imobilizado	(1.935)	(12.067)	(14.012)	(31.391)
Aquisição de ativos biológicos	(65.389)	(120.694)	(65.389)	(120.694)
Aquisição de bens intangíveis	-	-	38.008	(95.978)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(67.324)**	**(132.761)**	**(41.382)**	**(248.129)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos				
Mercadoria a entregar	(14.928)	(32.688)	(58.906)	(32.688)
Empréstimos e financiamentos pagos	(296.276)	(171.118)	(938.667)	(1.793.112)
Empréstimos e financiamentos tomados	230.552	151.189	446.438	2.084.482
Fluxo de caixa líquido proveniente (aplicado) das atividades de financiamentos	**(80.652)**	**(52.617)**	**(551.135)**	**258.682**
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	**(9.102)**	**(17.243)**	**(104.754)**	**(108.005)**
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no inicio do exercicio	**11.788**	**29.030**	**148.142**	**256.147**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercicio	**2.686**	**11.788**	**43.388**	**148.142**
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	**(9.102)**	**(17.243)**	**(104.754)**	**(108.005)**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Cantagalo General Grains S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**
Receitas	**111.751**	**147.691**	**2.629.201**	**4.620.879**
Vendas líquidas de produtos	111.751	147.691	2.629.201	4.620.879
Insumos adquiridos de terceiros	**(140.330)**	**(122.879)**	**(2.988.189)**	**(4.573.258)**
Custos dos produtos vendidos	(126.037)	(110.366)	(2.553.132)	(4.116.693)
Variação no valor justo de ativo biológico	(2.814)	749	(2.814)	749
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(11.479)	(13.262)	(432.243)	(457.314)
Valor adicionado bruto	**(28.579)**	**24.812**	**(358.988)**	**47.621**
Depreciação e amortização	(7.084)	(7.942)	(21.571)	(19.503)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**(35.663)**	**16.870**	**(380.559)**	**28.118**
Valor adicionado recebido em transferência	**(216.376)**	**(32.008)**	**15.585**	**(21.788)**
Resultado de equivalência patrimonial	(223.326)	(12.499)	-	(2.497)
Outras	6.950	(19.509)	15.585	(19.291)
Valor adicionado total a distribuir	**(252.039)**	**(15.138)**	**(364.974)**	**6.330**
Distribuição do valor adicionado	**(252.039)**	**(15.138)**	**(364.974)**	**6.330**
Pessoal	15.977	23.222	60.031	63.411
Impostos, taxas e contribuições	71.856	(74.262)	55.992	(104.797)
Remuneração de capitais de terceiros	(9.419)	196.848	56.720	220.316
Juros/outros	(10.177)	195.363	51.869	217.562
Aluguéis	758	1.485	4.851	2.754
Remuneração de capitais próprios	(330.453)	(160.946)	(537.717)	(172.600)
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas controladores	(330.453)	(160.946)	(330.453)	(160.946)
Participação dos acionistas não controladores nos prejuízos	-	-	(207.264)	(11.654)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Cantagalo General Grains S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Magalhaes de Castro, 4.800, 11º andar, sala 2, cidade de São Paulo - SP, constituída em 25 de outubro de 2010, com o objetivo de cultivo de soja, milho, algodão e outros cereais; produção de sementes certificadas, produção de sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal certificadas; serviços de preparação de terreno, cultivo e colheita; fabricação de fertilizantes; comércio nos mercado interno e externo (importação e exportação) de produtos agrícolas, especialmente grãos vegetais e seus derivados, de fertilizantes, suas matérias-primas e seus subprodutos, além de defensivos agrícolas; exploração de serviços auxiliares aos transportes aquaviários; serviços auxiliares ao transporte rodoviário de cargas em geral; serviços auxiliares ao transporte de cargas em geral (logística de transporte ou agente de transportadoras); agenciamento marítimo e operador portuário; serviços de depósito e padronização; logística de depósito; consultoria de transportes em geral; constituir ou participar, sob qualquer modalidade, de outras sociedades, consórcios ou entidades, cujos objetos sociais sejam direta ou indiretamente, vinculados, acessórios ou instrumentais ao objeto da Companhia; industrialização e beneficiamento, por conta própria ou de terceiros, de produtos agrícolas e seus subprodutos, de fertilizantes e seus derivados, de matérias-primas em geral e de defensivos agrícolas; e administração de bens próprios.

Desde sua criação, e conforme previsto em seu plano de negócios a Cantagalo conta com uma estrutura de capital formada por capital próprio e capital obtido junto as instituições financeiras, os quais possuem vencimentos no curto prazo e contam, historicamente, com as renovações dessas linhas de crédito, dado a disponibilidade de garantias existentes quando necessários. Os acionistas possuem ainda, como forma de aumento de liquidez, já aprovado pelo Conselho de administração venda de ativos, novas captações ou ainda aporte de capital.

O ano de 2016 foi um ano atípico para os produtores do setor agrícola, já que os custos de safra não acompanharam de imediato os menores níveis do mercado de grãos da Bolsa de Chicago, consequentemente pressionando as margens do setor produtivo no Brasil, fazendo com que essas chegassem nos menores níveis dos últimos anos. Além disso a alta volatilidade cambial contribuiu para maior dificuldade no gerenciamento das dívidas em moeda estrangeira.

O efeito climático do fenômeno do “El Niño” também prejudicou a produção agrícola em praticamente todas as regiões do país, com volume de chuvas muito abaixo da média dos anos anteriores e consequentemente menor produtividade para as safras de soja, milho e algodão.

Em novembro de 2016 o Conselho da Administração nomeou uma nova diretoria executiva, composta por experientes executivos do mercado agrícola, com a finalidade de retomar as operações agrícolas da Companhia e suas controladas, focando principalmente nas culturas de soja e milho, alavancando o potencial de sinergia entre as empresas do grupo, bem como reestruturar a dívida e reestabelecer a liquidez. A mesma diretoria executiva foi nomeada para a CGG Trading S.A., controlada da Cantagalo General Grains S.A., proporcionando dessa forma um completo alinhamento estratégico das operações.

Em 2016 a Companhia apresentou prejuízo no montante de R$ 537.716, notadamente pelo

contexto de suas operações, seu baixo nível de atividade, o reconhecimento de perdas contratuais e provisões necessárias ao atual cenário macroeconômico, setorial e o novo plano de negócios. Essa revisão resultou em ajustes na grandeza de R$ 275.261. Com a finalidade de cumprir com obrigações contratuais e dar continuidade aos negócios da Companhia, a nova Administração, ratificada pelos acionistas, tem tomado todas as ações necessárias para executar o plano do reestabelecimento e equacionamento dos passivos financeiros e da liquidez a qual prevê, entre outras ações, a alienação de ativos operacionais com alto valor agregado, redução de custos e despesas operacionais e o estabelecimento de um grupo único de administradores. Para detalhes para a renegociação das dívidas, veja nota explicativa eventos 31.

2 Empresas do Grupo

		Participação acionária			
		Direta		Indireta	
	Países	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**
CGG Trading S.A.	Brasil	56,87%	56,87%	-	-
Tropical Empreendimentos e Participações Ltda.	Brasil	100,0%	100,0%	-	-
Siqueira Empreendimentos e Participações Ltda.	Brasil	100,0%	100,0%	-	-
Belarina Alimentos S.A.	Brasil	1,92%	50,0%	-	-
Corredor Logística e Infraestrutura S.A.	Brasil	-	-	56,87%	56,87%
CGG Trading B.V	Holanda	-	-	56,87%	56,87%
CGG Trading Argentina S.A.	Argentina	-	-	56,87%	56,87%

Operações das controladas

a. Tropical Empreendimentos e Participações Ltda. e Siqueira Empreendimentos e Participações Ltda.

Constituídas em 20 de setembro de 2012 e sediadas na cidade de São Paulo - SP, as empresas tem por objetivo o cultivo de soja, milho, algodão e outros cereais; produção de sementes certificadas, produção de semente, mudas e outras formas de propagação vegetal certificadas; serviços de preparação de terreno, cultivo e colheita; fabricação de fertilizantes; comércio nos mercado interno e externo (importação e exportação) de produtos agrícolas, especialmente grãos vegetais e seus derivados, de fertilizantes, suas matérias-primas e seus subprodutos, além de defensivos agrícolas; exploração de serviços auxiliares aos transportes aquaviários; serviços auxiliares ao transporte rodoviário de cargas em geral; serviços auxiliares ao transporte de cargas em geral (logística de transporte ou agente de transportadoras); agenciamento marítimo e operador portuário; serviços de depósito e padronização; logística de depósito; consultoria de transportes em geral; constituir, participar ou investir, sob qualquer modalidade, em outras sociedades, empreendimentos ou entidades, cujos objetos sociais sejam direta ou indiretamente vinculados aos setores agropecuário e industrial; industrialização e beneficiamento, por conta própria ou de terceiros, de produtos agrícolas e seus subprodutos, de fertilizantes e seus derivados, de matérias-primas em geral e de defensivos agrícolas; celebração de contratos de arrendamento ou parceria rural; e administração de bens próprios.

Em 2016, devido as limitações financeiras do grupo, a Companhia optou por focar em atividades de arrendamento em suas fazendas.

Segue abaixo a relação dos principais ativos detidos pelas empresas:

- **Siqueira:** Fazenda Siqueira (Brasnorte - MT) e Fazenda Acreúna (Acreúna - GO).
- **Tropical:** Fazenda Tropical (Barra Grande do Ribeiro - PI) e Fazenda Maria da Cruz (Pedras de Maria da Cruz - MG).

b. CGG Trading S.A.

Constituída em 17 de fevereiro de 2011 e sediada em São Paulo - SP, dedicando-se à exploração da atividade de comércio nos mercados interno e externo (importação e exportação) de produtos agrícolas, especialmente grãos vegetais e seus derivados, de fertilizantes, suas matérias-primas e seus subprodutos e de defensivos agrícolas; exploração de serviços auxiliares aos transportes aquaviários; serviços auxiliares ao transporte rodoviário de cargas em geral; serviços auxiliares ao transporte de carga em geral (logística de transporte ou agente de transportadoras); agenciamento marítimo e operador portuário; serviços de depósito; logística de depósito; consultoria de transportes em geral; constituir ou participar, sob qualquer modalidade, de outras sociedades, consórcios ou entidades, acessórios ou instrumentais ao objeto da sociedade; industrialização e beneficiamento, por conta própria ou de terceiros, de produtos agrícolas e seus subprodutos, de fertilizantes e seus derivados, de matérias-primas em geral e de defensivos agrícolas e administração de bens próprios. Adicionalmente, a controlada possui investimentos nas empresas (i) CGG Trading BV e (ii) Corredor Logística e Infraestrutura S.A. e (iii) CGG Trading Argentina S.A..

(i) CGG Trading BV

Empresa com sede em Amsterdam, Holanda, constituída em 28 de julho de 2011 voltada para exploração da atividade de comércio nos mercados externos (importação e exportação) de produtos agrícolas, especialmente todos os grãos vegetais e seus derivados, matérias-primas para o segmento têxtil e seus subprodutos, bem como animais vivos; constituir ou participar, sob qualquer modalidade, de outras entidades financeiras.

(ii) Corredor Logística e Infraestrutura S.A.

Companhia com sede na cidade de São Paulo - SP, constituída em 21 de outubro de 2011, dedicando-se à exploração de serviços auxiliares aos transportes aquaviários; serviços auxiliares ao transporte rodoviário de cargas em geral; serviços auxiliares ao transporte de carga em geral (logística de transporte ou agente de transportadoras); agenciamento marítimo e operador portuário; serviços de depósito; logística de depósito; consultoria de transportes em geral; polo de transbordo rodoviário e ferroviário; armazenamento de cereais e correlatos, secagem pré-limpeza, pesagem e análise e classificação de grãos; constituir ou participar, sob qualquer modalidade, de outras sociedades, consórcios ou entidades, cujos objeto sociais sejam direta ou indiretamente vinculados, acessórios ou instrumentais ao objeto da Sociedade e administração de bens próprios.

(iii) CGG Trading Argentina S.A.

Companhia com sede em Buenos Aires, Argentina, constituída em 28 de maio de 2012, voltada à exploração agrícola em todas as suas etapas, a partir de sementes e/ou plantio, colheita, acondicionamento e/ou fracionamento de produtos, importação, exportação e armazenamento por conta própria ou de terceiros de bens, mercadorias, frutas e produtos. A Companhia poderá realizar atividades de industrialização e processamento de produtos agrícolas, fertilizantes e derivados de matérias-primas em geral e pesticidas agrícolas, bem como, atuar na comercialização, comprando, vendendo, exportando, importando, representando e consignando produtos agrícolas, principalmente cereais e oleaginosas, grãos vegetais e seus derivados, insumos agrícolas, sementes e grãos, fertilizantes, matérias-primas, produtos agrícolas e

pesticidas. Também, poderá explorar as atividades como agente, representante ou corretor de produtores agrícolas.

c. Belarina Alimentos S.A.

Companhia com sede na cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, participação adquirida em 30 de novembro de 2013, dedicando-se à moagem, à industrialização, ao comércio, à importação, à exportação de cereais em geral e serviços auxiliares ao transporte rodoviário de cargas em geral (logística de transporte ou agente de transportadoras), podendo, para tanto, praticar todas as operações, direta ou indiretamente ligadas ao seu objeto social, inclusive participar de outras sociedades ou negócios congêneres, observadas as limitações legais.
Em 25 de outubro de 2016 houve aumento de Capital Social na Companhia, na qual a Cantagalo participou pacialmente e como consequencia houve diluição de sua participação no controle acionário de 50% para 1,98%

3 Base de Preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC)

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (*BR GAAP - Brazilian Generally Accepted Accounting Principles*); e

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas de acordo com o BR GAAP ("BR GAAP" - *Brazilian Generally Accepted Accounting Principles*).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela administração, e apresentadas na reunião do conselho de administração ocorrida em 18 de maio de 2017, sendo autorizado submetê-las à aprovação da assembleia geral de investidores. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4 Moeda functional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto para a subsidiária CGG Trading S.A. que a moeda funcional é dólar.

Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a

estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 11 -** Estoques;
- **Nota Explicativa nº 24** - Impostos diferidos; e
- **Nota Explicativa º 26** - Instrumentos financeiros.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2017 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 13** - Ativos biológicos;
- **Nota Explicativa nº 17** - Revisão da vida útil do ativo imobilizado;
- **Nota Explicativa nº 15** - Avaliação dos valores de mercadorias a receber;
- **Nota Explicativa nº 19** - Avaliação dos valores de mercadorias a entregar
- **Nota Explicativa nº 24** - Impostos diferidos; e
- **Nota Explicativa nº 26** - Instrumentos financeiros.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia e suas controladas estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3, e reportes diretamente a Diretoria.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1**: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

- **Nível 2**: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

- **Nível 3**: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 11** - Estoques;

- **Nota Explicativa nº13** - Ativo biológico; e

- **Nota Explicativa nº 26** - Instrumentos financeiros;

Ativos biológicos
Os ativos biológicos da Companhia são representados pelo plantio de soja e milho nas Fazendas Fronteira e Tropical, e pelo plantio de algodão na Fazenda Fronteira. A Fazenda Fronteira e Tropical estão localizadas respectivamente nos Estados do Mato Grosso e do Piauí. O saldo dos ativos biológicos da Companhia é composto pelo custo de formação de colheita e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, para que o saldo de ativos biológicos como um todo seja registrado a valor justo. Sendo que a metodologia utilizada para o cálculo do valor justo foi baseada nas receitas menos as despesas totais da colheita multiplicados pelo percentual de evolução do plantio.

Também, a Companhia reconhece seu estoque de gado da Fazenda Maria da Cruz no grupo de ativos biológicos pelo valor justo menos as despesas de vendas.

Estoques
Os estoques são mensurados ao valor justo menos os custos para venda, a preço de mercado (*"mark to market"*) conforme as *commodities* e mercados de atuação da Companhia e suas controladas. Para cálculo do valor justo, a Companhia utiliza como referência a cotação e índices divulgados por fontes públicas e relacionados aos produtos e mercados ativos onde atua. Alterações no valor justo desses estoques são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos
O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

c. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- Os ativos biológicos mensurados pelo valor justo deduzidos das despesas com vendas; e
- Os estoques - apurados a valor justo, por meio de marcação a mercado.

6 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Abaixo apresentamos um índice das principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas páginas correspondentes.

a. Base de consolidação

Controlada

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora as informações financeiras da controlada são reconhecidas por meio de método de equivalência patrimonial.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intergrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intergrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados, se houver, oriundos de transações com controladas, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia nas controladas. Prejuízos não realizados, se houver, são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.
Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações da Controladora no patrimônio líquido das controladas direta e indiretamente; e
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados.

Operações controladas em conjunto

Uma operação controlada em conjunto é uma operação na qual cada empreendedor utiliza seus próprios ativos com o objetivo de executar a operação em conjunto. As demonstrações financeiras consolidadas incluem os ativos que o Grupo controla e os passivos incorridos

durante o curso das atividades da operação em conjunto, as despesas incorridas pelo Grupo e sua participação nas receitas geradas pela operação em conjunto.

Participação de acionistas não-controladores
De acordo com o CPC 15.19 e IFRS 3.19, qualquer participação de não-controladores estarão mensuradas na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição. Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resulte em perda de controle, serão contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

b. Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira
Transações em outras moedas (diferente da moeda funcional) são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em outras moedas na data de apresentação são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas (diferentes da moeda funcional), são reconhecidos na demonstração do resultado como variações monetárias e cambiais líquidas.

(ii) Operações no exterior
Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Real às taxas médias de câmbio apuradas no período. As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas no resultado do exercício.

Essas variações cambiais são reconhecidas em lucros ou prejuízos nas demonstrações financeiras individuais da Controladora.

Para conversão das transações em dólar norte-americano (USD) para a moeda funcional da Companhia (Real R$) foram utilizadas as seguintes taxas de câmbio tanto para o consolidado quanto para a Controladora:

	Taxa média do exercício		**Taxa à vista**	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**
R$ / USD	3,4869	3,3326	3,2588	3,9045

c. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

d. Receita operacional

(i) Venda de produtos

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

e. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente e variações no valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

f. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

g. Ativos biológicos

Os ativos biológicos, lavoura e pecuária, são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda na época da colheita de impostos e despesas de comercialização subtraído do custo incorrido.

Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos, incluindo despesas de transporte.

Os custos de formação de lavoura são transferidos ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apurados na data de colheita.

h. Estoques

Os estoques da Companhia são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes

O estoque de suas controladas CGG S.A e CGG BV são compostos por commodities, que é ajustado ao valor de mercado ("*mark to market*") menos os custos para venda. Para cálculo do valor justo, a Companhia e suas controladas utilizam como referência a cotação e os índices divulgados por fontes públicas e relacionados aos produtos e mercados ativos onde atua. Alterações no valor justo desses estoques são reconhecidos no resultado do exercício.

i. Ativo disponível para venda

Os ativos disponíveis para venda são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo.

Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é inicialmente alocada ao ágio, e, então, para os ativos e passivos remanescentes em uma base pro rata, exceto pelo fato de que nenhuma perda deve ser alocada aos estoques, ativos financeiros, ativos fiscais diferidos, ativos de benefícios a empregado, propriedade para investimento e ativos biológicos, os quais continuam a ser mensurados conforme as outras políticas contábeis do Grupo. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados, e qualquer investimento mensurado pelo método da equivalência patrimonial não é mais sujeito à aplicação do método.

j. Investimentos

Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, enquanto aplicável.

k. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment)*, quando necessário.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela diferença entre os

recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas das aquisições de itens novos para o exercício corrente é a seguinte:

Edifícios	25 anos
Máquinas e equipamentos	7 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Pastagens	10 anos
Instalações	10 anos
Veículos	5 anos
Aeronaves	10 anos

Em eventual aquisição de bens usados é utilizada a vida útil remanescente do bem para se estimar sua depreciação.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro onde ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis, caso haja indicadores que demonstrem essa necessidade do ajuste.

l. Ativo intangível

Está reconhecido como ativo intangível a concessão do arrendamento de 1 dos 4 lotes do Terminal de Grãos do Maranhão - TEGRAM, que é mensurado pelo custo de aquisição somados os valores empregados no consórcio do terminal.

Também, os ativos intangíveis compreendem aos gastos na aquisição de *softwares*, que são mensurados pelo custo de aquisição menos as despesas de amortização.

m. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos financeiros inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas deixam de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no

qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.
A Companhia e suas controladas têm os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado
Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia e suas controladas gerenciam tais investimentos e tomam decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e a estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Os ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado abrangem caixa, bancos e aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos.

Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 9.

Empréstimos e recebíveis
Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber e partes relacionadas.

(ii) Passivos financeiros não derivativos
A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando têm suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.
A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: mercadoria a entregar, fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, exceção feita a mercadorias a entregar, as quais, dada sua natureza e especificidade, são valorizadas pelo valor justo por meio do resultado.

(iii) ***Instrumentos financeiros derivativos***

O valor justo de contratos de câmbio a termo é baseado no preço de mercado listado, se disponível. O valor justo dos instrumentos derivativos de proteção de moeda e juros consiste em apurar o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base em curvas de mercado, extraídas da base de dados da Bloomberg e BM&F.

Caso um preço de mercado listado não esteja disponível, o valor justo é estimado descontando da diferença entre o preço a termo contratual e o preço a termo corrente para o período de vencimento residual do contrato usando uma taxa de juros livre de riscos (baseada em títulos públicos) - vide nota explicativa 26.

(iv) ***Empréstimos e financiamentos***

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação em notas de empréstimos, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

n. Capital social - Controladora

(i) ***Ações ordinárias***

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32 / IAS 12.

o. Redução ao valor recuperável - *Impairment*

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido ao grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou

- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado
A Companhia e suas controladas consideram evidências de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia e suas controladas utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia e suas controladas consideram que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial
Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros d a Companhia e suas controladas, que não os ativos biológicos, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as

avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

p. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

q. Determinação do ajuste a valor presente

O item mercadorias a entregar é composto de pagamentos anuais com entrega física de 651.173,80 sacas de soja a partir de fevereiro de 2012, com vencimento final em 2020. O saldo está sujeito ao cálculo do valor presente para as parcelas a pagar. O valor presente da dívida da aquisição da Fazenda Fronteira foi calculado pela quantidade de sacas de soja a serem pagas por ano multiplicado pelo seu preço futuro da safra do próximo ano calendário, chegando assim ao valor futuro de cada pagamento. O valor futuro foi trazido a valor presente pela interpolação da curva de juros futuro DI x IGPM para obter a taxa de juros em termos reais a ser descontada em um calendário base de 252 dias. Logo se desconta cada valor futuro de pagamento pelas taxas de desconto auferidas através do cálculo da curva de juros interpolada e a quantidade de dias úteis até cada vencimento.

r. Demonstrações de valor adicionado

A Companhia e suas controladas elaboraram demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas de forma espontânea pela Companhia. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia e sua controlada não adotaram essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia e sua controlada não planejam adotar estas normas de forma antecipada, a seguir são destacas as principais alterações:

- **Iniciativa de Divulgação (Alterações ao CPC 26 / IAS 7):** As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

- **Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas Não Realizadas (Alterações ao CPC 32 / IAS 12):** As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

- **IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers* (Receita de Contratos com Clientes):** A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

- **IFRS 9 *Financial Instruments* (Instrumentos Financeiros):** A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

- **IFRS 16 *Leases* (Arrendamentos):** A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

Outras alterações

A Companhia e sua controlada estão avaliando os possíveis impactos que as novas normas ou normas alteradas a seguir tenham nas demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada.

- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.

- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

8 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo.

Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e equivalentes de caixa - São definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos;

- Ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos dos custos de venda, sendo que quaisquer alterações são reconhecidas no resultado;

- Contas a receber e outros recebíveis, fornecedores e outras contas decorrentes diretamente das operações da Companhia: o seu valor justo é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação;

- Empréstimos e financiamentos estão classificados como outros passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus custos amortizados. O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes; e

- Derivativos: o valor justo de contratos de câmbio a termo é baseado no preço de mercado listado, caso disponível. Caso um preço de mercado listado não esteja disponível, o valor justo é estimado descontando da diferença entre o preço a termo contratual e o preço a termo corrente para o período de vencimento residual do contrato usando uma taxa de juros livre de riscos.

9 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**
Caixa	13	13	40	37
Saldo bancário	44	814	15.980	104.500
Aplicações Financeiras	2.629	10.961	27.368	43.605
Total	**2.686**	**11.788**	**43.388**	**148.142**

A Companhia e suas controladas consideram como equivalentes de caixa os saldos de caixa, bancos, aplicações financeiras de liquidez imediata e aplicações financeiras com vencimento em até 90 dias (ou prazo inferior) a partir da data de contratação.

Os depósitos à vista correspondem aos saldos bancários em conta corrente.

Os saldos de aplicações financeiras são representados por títulos de renda fixa, remunerados substancialmente à 100% da variação do CDI-CETIP - Certificado de Depósito Interbancário, possuindo liquidez diária e a possibilidade de resgate imediato, sem multa ou perda de rendimento.

10 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**
Contas a receber de curto prazo	5.297	2.123	26.607	170.911
Contas a receber de longo prazo	2.308	2.088	2.962	11.482
	7.605	**4.211**	**29.569**	**182.393**

Nos valores a receber incluem as vendas de *commodities* no mercado interno e externo.

Os valores apresentados na Companhia e suas controladas estão líquidos da provisão para perda com contas a receber em atraso, conforme demonstrado na nota explicativa 23 (iv).

A exposição do risco de crédito, de mercado e de liquidez relacionado ao contas a receber está divulgado na nota explicativa 26.

11 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**
Produtos Agrícolas (i)				
Estoque de Algodão	-	3.593	2.858	27.297
Estoque de Milho	-	1.028	-	163.597
Estoque de Trigo	-	-	-	15.942
Estoque de Soja	-	-	-	842
Total Produtos Agrícolas	**-**	**4.621**	**2.858**	**207.678**
Insumos Agrícolas	548	23.935	548	23.935
Materiais de Consumo	1.060	1.625	1.060	1.625
Insumos Agrícolas e Materiais de Consumo	**1.608**	**25.560**	**1.608**	**25.560**
Total	**1.608**	**30.181**	**4.466**	**233.238**

(i) Os estoques de produtos agrícolas correspondem ao volume produzido ou recebido das compras efetuadas junto aos produtores. Os estoques de produtos agrícolas comercializáveis estão marcados a mercado pelo seu valor justo na data final de cada mês e/ou data de colheita, confrontando seus custos de aquisição, acrescidos dos custos de armazenagem, transporte e demais custos para a entrega ao cliente final.

12 Adiantamentos a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**
Pré-Financiamento a Produtores (*)	-	1.278	60.549	186.840
Adiantamento a Fornecedores	393	1.553	25.023	119.180
Compra para entrega futura	-	125	-	2.102
Adiantamentos a fornecedores e outros de curto prazo	**393**	**2.956**	**85.572**	**308.122**
Adiantamentos a fornecedores de longo prazo	**-**	**-**	**74.222**	**40.535**
Total	**393**	**2.956**	**159.794**	**348.657**

(*) Pré-financiamentos e adiantamentos a fornecedores são parte integrante e importante do negócio da Companhia e suas controladas, a fim de garantir a compra futura de produtos agrícolas com o intuito de manter vantagem competitiva. Os valores são definidos a partir de cálculos baseados na expectativa de quantidade de produto a ser fornecida, valorizados a valor de mercado a época do adiantamento. É efetuado acerto de contas, por ocasião do encerramento do contrato, tomando-se por base a quantidade efetivamente recebida calculada ao valor e condições de negociação.

A rubrica de adiantamentos a fornecedores contempla valores relativos ao contrato de "*Take or Pay*" com a T-Grão Cargo - Terminais de Granéis S.A. Este acordo considera a prestação de serviços de armazenagem e de transporte de 6 milhões de toneladas de grãos até 2018. A compensação de tais valores adiantados, ocorre mediante as operações de embarque.

13 Ativos biológicos

Os ativos biológicos da Controladora compreendem o cultivo e o plantio de soja, algodão e milho.

A Companhia também possui ativos biológicos compostos por animais vivos da categoria de bovinos. Os animais classificados neste grupo são os destinados ao abate para produção de carne in natura, cujo o ciclo de vida tem em média 3 anos.

Premissas para o reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos

Com base no CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola, a Controladora reconhece seus ativos biológicos a valor justo seguindo premissas internas e externas de mercado em sua apuração e tendo como taxa de desconto o percentual baseada no WACC.

As premissas utilizadas na determinação do referido valor justo são apresentadas abaixo para cada tipo de ativo biológico:

	Controladora e Consolidado					
	Soja	**Algodão**	**Milho**	**Gado**	**Total Circulante**	**Total Não Circulante**
Saldo em 01 de Janeiro de 2015	**44.754**	**3.383**	**3.900**	**2.340**	**54.377**	**6.019**
Gastos com formação de lavoura ou do gado	81.459	19.317	16.987	2.392	120.155	539
Amortização de formação de lavoura ou do gado	(82.694)	(20.048)	(17.410)	(2.201)	(122.353)	(845)
Reversão do Valor Justo	(1.011)	1	21	(91)	(1.080)	(3.178)
Variação do valor justo	2.409	-	8	135	2.552	2.454
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	**44.917**	**2.653**	**3.506**	**2.575**	**53.651**	**4.989**
Gastos com formação de lavoura ou do gado	21.657	21.619	18.944	3.152	65.351	16
Amortização de formação de lavoura ou do gado	(64.164)	(24.272)	(22.358)	(3.907)	(114.680)	(36)
Reversão do Valor Justo	(2.410)	-	(8)	(135)	(2.553)	(2.454)
Variação do valor justo	-	-	-	(42)	(42)	2.235
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	**-**	**-**	**84**	**1.643**	**1.727**	**4.750**

Os custos com formação de safra e culturas estão representados pelos gastos com sementes, insumos agrícolas, depreciações, mão-de-obra e serviços aplicados nas culturas.

Na safra 2016/17 a companhia decidiu não efeturar o plantio nas suas áreas próprias, as terras foram arrendadas por três anos safra, com a opção das partes de não continuidade no contrato de

arrendamento nas duas safras seguintes, dessa forma, a companhia não teve a formação de ativo biológico para o ano seguinte, ficando somente o registro do ativo biológico do rebanho bovino nesse grupo.

A controladora está exposto a uma série de riscos relacionados às suas plantações:

Riscos regulatórios, ambientais e outros

A Controladora está sujeita a leis e regulamentos no país que opera. A controladora diminui os riscos associados a assuntos ambientais por meio de procedimentos das melhores práticas de cultivo e colheita de suas culturas, cobrindo os riscos contra doenças e pragas na plantação. A controladora por meio da atividade de *trading* de suas controladas também administra os riscos de oferta e demanda decorrentes da flutuação dos preços e do volume de venda de suas culturas alinhadas com os respectivos períodos de maturação das culturas.

Riscos regulatórios e ambientais

A controladora estabeleceu políticas e procedimentos ambientais voltados ao cumprimento de leis ambientais e outras. A Administração conduz análises regulares para identificar riscos ambientais e para garantir que os sistemas em funcionamento sejam adequados para gerenciar esses riscos.

Risco de oferta e demanda

A controladora está exposto a riscos decorrentes da flutuação de preços e do volume de venda de suas plantações. Quando possível, a controladora administra esse risco alinhando seu volume de colheita com a oferta e demanda do mercado. A Administração realiza análises regulares da tendência da indústria para garantir que a estrutura de custo e preço da controladora esteja de acordo com o mercado e para garantir que volumes projetados de colheita estejam consistentes com a demanda esperada. É importante salientar que como se trata de companhia que produz *commodities* existe uma busca constante para redução de custos.

Riscos climáticos e outros

As plantações da controladora estão expostas aos riscos de danos causados por mudanças climáticas, doenças, incêndios e outras forças da natureza. A controladora possui processos extensos em funcionamento voltados ao monitoramento e à redução desses riscos, incluindo inspeções regulares da saúde e análises de doenças e pragas da indústria.

14 Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, controladas, acionistas e outras partes relacionadas.

	Controladora		Consolidado	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**
Partes Relacionadas				
Ativo Circulante				
GFN Agricola e Participações S.A (Adto. Faz. Fronteira) (a)	30.950	16.620	30.950	16.620
Fronteira Com Cereais e Rep. Prod. Agrop. Ltda (b)	-	-	(685)	4.455
Coteminas (f)	-	-	83.766	-
Belarina Alimentos (c)	-	-	-	18.709
CGG Trading S.A. (e)	616	2	-	-
Total Ativo Circulante	**31.566**	**16.622**	**114.031**	**39.784**
Não Circulante				
GFN Agricola e Participações S.A (a)	4.187	6.463	4.187	6.463
Coteminas	-	-	14.393	-
Total Não Circulante	**4.187**	**6.463**	**18.580**	**6.463**
Total do Ativo	**35.753**	**23.085**	**132.610**	**46.247**
Intercompanhias				
Passivo Circulante				
Fronteira Com Cereais e Rep Prod Agrop Ltda. (b)	684	684	-	-
CGG Trading B.V. (d)	5.440	16.226	-	-
CGG Trading S.A. (d)	4.222	-	-	-
Corredor Logistica Integrado	226	-	-	-
Sojitz S/A	-	-	16.486	-
Valor Grains LLC	3.302	-	3.302	-
Tropical Empreendimentos e Participações Ltda.	47.596	1.402	-	-
Siqueira Empreendimentos e Participações Ltda.	16.804	6.912	-	-
Total Passivo Circulante	**78.274**	**25.224**	**19.787**	**-**
Não Circulante				
CGG Trading B.V. (d)	159.535	201.893	-	-
Total não circulante	**159.535**	**201.893**	**-**	**-**
Total do Passivo	**237.809**	**227.117**	**19.787**	**-**

	Controladora		Consolidado	
Partes Relacionadas	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**
Receita de Vendas				
CGG Trading B.V.	50.810	46.930	-	-
	50.810	**46.930**	**-**	**-**
Juros Passivos				
CGG Trading B.V.	8.770	14.595	-	-
	8.770	**14.595**	**-**	**-**

a. Contrato de Compra e Venda da Fazenda Fronteira

Em 11 de Fevereiro de 2011, a Companhia adquiriu da GFN Agrícola e Participações S.A. a Fazenda Fronteira, com compromissos financeiros de curto e de longo prazo. Até 31 de dezembro de 2015, foram efetuadas transferências de numerários, a título de adiantamento com juros de 12% a.a. controlado em dólar, que somam R$ 35.137 (R$ 23.083 em 2015) a ser amortizado contra Mercadorias a Entregar, conforme Nota 15.

b. Contrato de Operações por Conta de Participação

Em 11 de Fevereiro de 2011, a Companhia firmou sociedade em conta por participação com a Fronteira - Comércio de Cereais e Representação de Produtos Agropecuários Ltda., com o objetivo de adquirir produtos agrícolas para posterior exportação. Na condição de sócia oculta a Companhia repassou à sócia ostensiva recursos para a aquisição de produtos agrícolas, tais recursos tem sido reembolsados conforme a realização das vendas para o mercado externo.

c. Transações comerciais

A investida Belarina S.A. mantém relacionamento comercial com as empresas do Grupo referente compra e venda de trigo.

d. Contrato de Fornecimento de produtos agrícolas

Como parte de sua política comercial, a Companhia tem realizado contratos de fornecimento e pré-financiamento com a controlada CGG Trading S.A. e CGG Trading B.V., para entrega futura de sua produção estimada. Os valores contratados são definidos pela fixação de preço de venda do produto agrícola para o volume até a entrega.

O preço quando fixado, é determinado seguindo uma fórmula contratual baseada na cotação do produto agrícola na *Chicago Board of Trade* ("CBOT") ou na *New York Board of Trade* ("ICE"), dependendo do produto em questão. O preço fixado em dólares é liquidado no final do período do compromisso em reais considerando taxas de câmbio pré-definidas contratualmente.

Os termos dos contratos sujeitam a Companhia a pagamento de multa em caso de não entrega dos volumes comprometidos.

Os saldos de pré-financiamento com a CGG Trading S.A. e CGG Trading BV são controlados em dólar e acrescido de 8% a.a. de juros, em 31 de dezembro de 2015, as partes acordaram reduzir os juros futuros para 3,5% a.a., bem como prolongar a dívida com vencimentos até 2022.

e. Dividendos

A CGG Trading S/A provisionou dividendos para Cantagalo baseado em 25% do lucro líquido, no montante de R$ 4.204 em 2013 e R$ 217 em 2012, recebido em 2015. Em 2016 não houve provisão para distribuição de dividendos pela Controlada CGG Trading S/A.

f. Coteminas

No dia 28 de Outubro de 2016, a Tropical Empreendimentos e Participações Ltda negociou 26.940 hectares, do total de 50.000 hectares da fazenda tropical, localizada no munícipio de Baixa Grande do Ribeiro-PI, com a Companhia de Tecidos Norte de Minas-Coteminas, pelo valor total US$ 44.850, o que convertido ao PTAX USD = 3,2091 BRL, totalizou o montante de R$ 143.928, durante o ano de 2016 foram recebidos o montante de R$ 45.769, perfazendo um saldo residual a ser recebido de R$ 98.159, sendo parte reconhecido no ativo circulante R$ 83.766 e parte no ativo não circulante R$ 14.393. O recebimento da Coteminas foi transferido

para a Companhia, que centraliza a gestão de caixa das subsidiárias para otimizar a sinergia financeira do grupo. O saldo entre Companhia, Tropical e Siqueira é uma conta corrente, sem vencimento.

15 Mercadorias a receber

O saldo desta rubrica refere-se ao direito pela venda a prazo de parte da fazenda fronteira, sendo:

	Controladora		Consolidado	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**
Ativo não circulante	23.770	-	61.442	-
Total	**23.770**	**-**	**61.442**	**-**

No dia 20 de julho de 2016, a Controladora Cantagalo General Grains S.A. e sua controlado Siqueira Empreendimentos e Participações Ltda negociaram a venda de 17.934 hectares, do total de 69.274 hectares da fazenda fronteira, situada no munícipio de Brasnorte-MT, sendo 11.149 hectares agricultável ou passivel de exploração agrícola e 6.785 hectares de área de reserva legal, nas seguintes condições, sinal de R$ 17.000 na assinatura do contrato e mais 1.250.500 sacas de soja de 60 quilogramas cada uma, e considerando apenas para fins fiscais, a cotação de R$ 65 por saca de soja na data da negociação, o que correspondeu ao montante de R$ 81.282, totalizando assim o preço de aquisição, para fins fiscais, em R$ 98.282.

Segue abaixo o resumo da movimentação da conta no exercício.

	Controladora	**Consolidado**
	2016	**2016**
Valor de venda para fins de registro	38.023	98.282
Recebimentos	(10.273)	(26.555)
Resultado do exercício	(3.980)	(10.285)
Total	**23.770**	**61.442**

16 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**
Participação em empresas controladas	398.014	650.341	-	-
Outros investimentos	4	4	59	70
Total	**398.018**	**650.345**	**59**	**70**

A Companhia registrou um prejuízo de R$ 223.326 em 31 de dezembro de 2016 (prejuízo de R$ 12.499 em 2015) de equivalência patrimonial das controladas CGG Trading S.A., Tropical Empreendimentos e Participações Ltda e controlada em conjunto Belarina Alimentos S.A., conforme demonstração abaixo:

Investimentos	**CGG Trading S.A**	**Tropical Empreendimentos e Participações Ltda**	**Siqueira Empreendimentos e Participações Ltda**	**Belarina Alimentos S.A**	**Total**
Investimentos em 31 de dezembro de 2014	**204.461**	**75.054**	**237.101**	**22.230**	**538.846**
Percentual de Participação	56,87%	100%	100%	50%	
Integralização de capital	-	49.909	-	-	49.909
Ajustes acumulados de conversão	93.819	-	-	-	93.819
Resultado de Equivalência Patrimonial	(14.495)	1.102	3.390	(2.496)	(12.499)
Investimentos em 31 de dezembro de 2015	**283.785**	**126.065**	**240.491**	**-**	**650.341**
Percentual de Participação	56,87%	100%	100%	1,92%	
Integralização de capital					
Variação na participação em controladas	(47.727)	-	-	-	(47.727)
Ajustes acumulados de conversão	18.730	-	-	-	18.730
Resultado de Equivalência Patrimonial	(273.292)	33.325	16.641	-	(223.326)
Investimentos em 31 de dezembro de 2016	**(18.504)**	**159.390**	**257.132**	**-**	**398.018**

	Participação	Ativos Circulante	Ativos Não Circulante	Total de Ativos	Passivos Circulantes	Passivos Não Circulantes	Total de Passivos	Ativo Líquido	Receita	Despesas	Lucro/ Prejuízo
2015											
CGG Trading S.A.	56,87%	610.569	373.535	**984.104**	554.439	145.880	**700.319**	**283.785**	2.570.067	(2.584.562)	**(14.495)**
Tropical Empr. e Part. Ltda.	100%	1.402	124.663	**126.065**	-	-	**-**	**126.065**	1.465	(363)	**1.102**
Siqueira Empr. e Part. Ltda.	100%	6.913	233.605	**240.518**	27	-	**27**	**240.491**	3.746	(356)	**3.390**
Belarina Alimentos S.A.	50%	33.493	56.730	**90.222**	89.224	95.063	**184.287**	**-**	-	(2.496)	**(2.496)**
		652.377	**788.533**	**1.440.909**	**643.690**	**240.943**	**884.633**	**650.341**	**2.575.278**	**(2.587.778)**	**(12.499)**
2016											
CGG Trading S.A.	56,87%	122.417	348.298	**470.705**	458.625	30.588	**489.213**	**(18.509)**	1.459.727	(1.733.020)	**(273.292)**
Tropical Empr. e Part. Ltda.	100%	131.365	40.818	**172.184**	12.794	-	**12.794**	**159.390**	144.436	(111.111)	**33.325**
Siqueira Empr. e Part. Ltda.	100%	16.804	240.355	**257.160**	28	-	**28**	**257.132**	63.043	(46.402)	**16.641**
Belarina Alimentos S.A.	1,92%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		270.586	**629.471**	**900.048**	**471.447**	**30.558**	**471.447**	**398.013**	**1.667.206**	**(1.890.532)**	**(223.326)**

Provisão de Impairment - Ágio da Belarina

A Companhia reconheceu uma provisão para "impairment" sobre o ágio da Belarina totalizando R$19.732.

17 Imobilizado

	Controladora									
	Terras	**Edificações**	**Máquinas e equipamentos**	**Bens em Construção**	**Veículos**	**Aeronaves**	**Instalações**	**Móveis e utensílios**	**Pastagens**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**10.355**	**11.154**	**37.990**	**46.413**	**4.363**	**1.157**	**-**	**619**	**-**	**112.051**
Aquisições (i)	534	104	1.046	9.218	1.040	-	-	125	-	12.067
Baixas	(119)	-	(484)	-	(305)	(176)	-	-	-	(1.084)
Transferências	-	(1.949)	3.972	(2.023)	-	-	-	-	-	-
Transf p/outros grupos do balanço	-	(7.184)	(5.883)	(42.567)	-	-	-	-	-	(55.634)
Depreciação no exercício	-	(730)	(5.202)	-	(978)	(81)	-	(113)	-	(7.104)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**10.770**	**1.395**	**31.439**	**11.041**	**4.120**	**900**	**-**	**631**	**-**	**60.295**
Aquisições (i)	-	-	319	1.506	91	-	-	21	-	1.935
Baixas	(12.211)	(196)	(5.077)	(11.427)	(284)	-	-	(1)	-	(29.196)
Transferências	-	211	-	(211)	-	-	-	-	-	-
Transf p/outros grupos do balanço	-	-	5.725	-	-	-	-	-	-	5.725
Depreciação no exercício	-	(49)	(5.234)	-	(786)	(81)	-	(87)	-	(6.234)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**(1.441)**	**1.361**	**27.172**	**909**	**3.141**	**819**	**-**	**564**	**-**	**32.525**

	Consolidado									
	Terras	**Edificações**	**Máquinas e equipamentos**	**Bens em Construção**	**Veículos**	**Aeronaves**	**Instalações**	**Móveis e utensílios**	**Pastagens**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**311.529**	**21.552**	**47.641**	**69.050**	**4.886**	**1.157**	**2.182**	**2.193**	**382**	**460.572**
Aquisições (i)	534	7.854	3.443	1.468	1.144	-	114	537	-	15.094
Baixas	(119)	-	(679)	-	(305)	(176)	-	(12)	-	(1.291)
Transferências	-	(1.949)	3.972	(2.023)	-	-	-	-	-	-
Transf p/outros grupos do Balanço	(37.753)	(14.785)	(5.725)	(39.541)	-	-	-	-	-	(97.804)
Depreciação no exercício	-	(1.548)	(6.289)	-	(1.142)	(82)	(167)	(1.489)	-	(10.717)
Ajuste de Moeda Funcional	2.398	9.260	3.152	(67)	36	-	834	684	-	16.297
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**276.589**	**20.384**	**45.515**	**28.887**	**4.619**	**899**	**2.963**	**1.913**	**382**	**382.151**
Aquisições (i)	19.941	380	322	1.506	407	-	-	24	-	**22.580**
Baixas	(156.527)	(7.669)	(5.175)	(12.468)	(705)	-	-	(39)	-	**(182.583)**
Transferências	-	211	-	(211)	-	-	-	-	-	-
Transf p/outros grupos do Balanço	83.468	7.602	5.725	1.010	-	-	-	-	-	**97.805**
Depreciação no exercício	-	(792)	(7.493)	-	(956)	(81)	(267)	(114)	-	**(9.703)**
Ajuste de Moeda Funcional	(1.240)	(5.289)	(1.322)	157	23	-	(475)	(631)	-	**(8.777)**
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**222.231**	**14.827**	**37.572**	**18.881**	**3.388**	**818**	**2.221**	**1.153**	**382**	**301.473**

a. Terras

Em 2012 a Companhia integralizou parte do seu capital social em terras, oriundas dos acionistas: Cia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas, Fazenda do Cantagalo Ltda. e GFN Agrícola e Participações S.A., perfazendo um total de 78 mil hectares (R$ 104.418) e adquiriu uma fazenda no município de Brasnorte - MT com 69 mil hectares (R$ 201.414 - líquido do valor presente), que está atrelada às obrigações descritas na nota 15 - Mercadorias a entregar.

Conforme mencionado nas notas explicativas 16 e 14 "f", em 20 de julho de 2016, a Companhia e sua controlada Siqueira Empreendimentos e Participações Ltda. comercializou a venda de 17.934 hectares e em 28 de outubro de 2016, a Tropical Empreendimentos e Participações Ltda. comercializou 26.940 hectares.

Em 31 de dezembro de 2016 a Controladora contava com um portfólio de 4 glebas de terras sob seu controle. A Administração da Companhia efetuou uma análise de recuperabilidade desses ativos por meio da avaliação do valor de mercado dessas glebas por consultoria especializada, a qual efetuou seus trabalhos de avaliação em concordância com a metodologia e normas estabelecidas pelo IBAPE - Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia e NBR da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. O resultado dessa avaliação, demonstra uma mais valia em relação ao valor contábil no montante de R$ 819.880, sendo assim detalhado:

Descrição	Área	Valor Original	Benfeitorias	Total do Custo Contábil	Valor de Mercado	Diferença entre o Custo contábil e Valor de mercado
	Hectares	**R$**	**R$**	**R$**	**R$**	**R$**
Fazenda Pedras de Maria da Cruz - MG	22.076	3.655	788	4.442	99.400	94.958
Fazenda Fronteira - Brasnorte - MT	51.154	151.167	10.073	161.240	599.312	438.072
Fazenda Tropical - Baixa Grande do Ribeiro - Piauí	23.060	22.284	-	22.284	209.304	187.020
Fazenda Acreúna - Goiás	5.224	40.716	-	40.716	140.546	99.830
Total	**101.514**	**217.822**	**10.861**	**228.682**	**1.048.562**	**819.880**

Conforme nota explicativa 1, com o objetivo do reperfilamento da dívida, estes ativos imobilizados fazem parte do plano de aumento de liquidez da Companhia, caso estes ativos, fossem alienados pelo valor de mercado/valor justo, geraria um impacto no resultado e no patrimônio líquido no montante de R$ 533.179.

b. Edificações

O Grupo possui como sua principal edificação, um imóvel localizado em São Paulo, onde está localizada a sua matriz.

c. Máquinas e Equipamentos

São compostos por um grande e variado parque de máquinas como tratores, colheitadeiras e outros diversos equipamentos agrícolas, além de ferramentas e outros equipamentos informatizados e de comunicação.Bens em construção

Estão representados por projetos de expansão e otimização das unidades produtivas, bem como, adiantamento para aquisição de ativo imobilizado: máquinas e equipamentos agrícolas e armazém para estocagem de produtos agrícolas.

18 Bens intangíveis

	Controladora	
	Softwares e Licenças	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**2.677**	**2.677**
Amortização no exercício	(838)	(838)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**1.839**	**1.839**
Amortização no exercício	(820)	(820)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**1.019**	**1.019**

	Consolidado		
	TEGRAM Porto de Itaqui	**Softwares e Licenças**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**147.284**	**2.991**	**150.275**
Adições (i)	27.252	777	28.029
Baixas	-	-	-
Amortização no exercício	(7.792)	(994)	(8.786)
Ajuste de Moeda Funcional	67.905	44	67.949
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**234.649**	**2.818**	**237.467**
Adições (i)	199	10	209
Baixas	(607)	-	(607)
Amortização no exercício	(10.872)	(965)	(11.837)
Ajuste de Moeda Funcional	(38.063)	(154)	(38.217)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**185.306**	**1.709**	**187.015**

(i) A controlada CGG TRADING S.A. participou do processo licitatório para arrendamento por 25 anos, renováveis por mais 25 anos, de 4 lotes do Terminal de Grãos do Maranhão, no qual foi ganhadora de um dos lotes sendo celebrado o contrato em 2 de fevereiro de 2012. O TEGRAM permitirá à Companhia obter vantagem competitiva na logística de grãos nas regiões Norte, Nordeste e norte do Centro-Oeste. O contrato assinado possui as seguintes principais claúsulas:

a. Arrendamento do LOTE III do Terminal de Grãos do Maranhão - TEGRAM, do Porto de Itaqui, Estado do Maranhão, envolve o investimento necessário à construção, administração, operação e manutenção das instalações portuárias, visando a armazenagem de grãos a granel para exportação.

b. O LOTE III possui uma área individual de 22.550 m² e participação igualitária em uma área de uso comum de 29.814 m² e dos sistemas de recepção e de expedição de 41.894 m².

c. O TEGRAM iniciou as operações em abril de 2015;

19 Mercadorias a entregar

O saldo desta rubrica refere-se à obrigação pela aquisição a prazo da fazenda Fronteira, sendo:

	Controladora		Consolidado	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**
Passivo circulante	81.407	36.786	81.407	36.786
Passivo não circulante	104.523	142.080	104.523	142.080
Total	**185.930**	**178.866**	**185.930**	**178.866**

Em 11 de fevereiro de 2011, a Companhia adquiriu a Fazenda Fronteira com 69 mil hectares, no município de Brasnorte - MT, pelo valor total de R$ 239.911, tendo como forma de pagamento:

(a) Pagamento inicial no montante de R$ 8.500 que foi realizado em duas parcelas em outubro de 2010 e janeiro de 2011;

(b) Pagamento em dinheiro da 1ª parcela no montante de R$ 25.213 em maio de 2011, correspondente a 651.173,80 sacas de soja;

(c) Antecipação de pagamento em dinheiro no montante de R$ 2.125 de parcela de agosto de 2011;

(d) Pagamento anual com entrega física de 651.173,80 sacas de soja, a partir de fevereiro de 2012, com vencimento final em 2020. O saldo está sujeito ao cálculo do valor presente para as parcelas a pagar. O valor presente da dívida da aquisição da Fazenda Fronteira foi calculado pela quantidade de sacas de soja a serem pagas por ano multiplicado pelo seu preço futuro da safra do próximo ano calendário, chegando assim ao valor futuro de cada pagamento. O valor futuro foi trazido a valor presente pela interpolação da curva de juros futuro DI x IGPM para obter a taxa de juros em termos reais a ser descontada em um calendário base de 252 dias. Logo se desconta cada valor futuro de pagamento pelas taxas de desconto auferidas através do cálculo da curva de juros interpolada e a quantidade de dias úteis até cada vencimento.

Segue abaixo o resumo da movimentação da conta nos exercícios:

Saldo em 31 de Dezembro de 2014	135.971
Pagamentos	(32.688)
Resultado do exercício	75.583
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	**178.866**
Pagamentos (a)	-
Resultado do exercício	7.064
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	**185.930**

A contrapartida do ajuste inicial a valor presente foi levado contra ativo imobilizado, já a atualização a valor justo do exercício foi reconhecido contra o resultado financeiro.

O efeito da atualização do valor justo, apesar de transitar na demonstração do resultado, somente terá efeito no caixa da Companhia quando do vencimento e liquidação das parcelas futuras.

Considerando que as vendedoras deixaram de adimplir com algumas cláusulas do contrato de

compa e venda de imóveis rurais e outras avenças, firmado em 11 de fevereiro de 2011, contrato esse que reje toda a negociação de compra e venda da Fazenda Fronteira, o pagamento da parcela, no valor líqudio de R$ 32.187, sendo o valor total da parcela de R$ 40.945, descontado os valores controlados em partes relacionadas no montante de R$ 8.758 , nota explicativa 14, com vencimento em 10 de março de 2016, ficou suspenso até a regularização das condicionantes das clásulas contratuais.

20 Fornecedores

O montante existente deve-se à compra de produtos agrícolas, insumos, fretes e outros serviços, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**
Produtos e insumos agrícolas (i)	14.235	32.740	55.201	167.821
Fretes (ii)	76	-	461	7.385
Outros	6.565	1.580	23.774	1.848
Total	**20.876**	**34.320**	**79.436**	**177.054**

(i) O saldo representa o reconhecimento das obrigações junto aos fornecedores, principalmente relativo ao volume recebido das compras efetivadas junto aos produtores agrícolas.

(ii) Os contratos de frete são parte integrante e importante dos negócios da Companhia, sendo que esses fretes foram contratados e estão sendo refletidos nesta rubrica, basicamente para reconhecer a obrigação de pagamento de reserva de espaço para garantir o futuro transporte dos produtos agrícolas.

A informação sobre a exposição do grupo para os riscos de moeda e liquidez relacionada a fornecedores encontram-se divulgados na nota explicativa 26.

21 Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Garantia	Ano de Vencimento final	Taxa ponderadas de Juros a.a.	Controladora 2016	Controladora 2015	Consolidado 2016	Consolidado 2015
Passivo circulante								
Adiantamento sobre contratos de cambio - ACC	USD	Nota Promissória	2017	4,86%	140.013	150.352	300.598	291.207
Pré Pagamento	USD	Contrato de Exportação	2017	Libor + 3,62%	65.262	78.259	461.462	452.776
Linha de Custeio Agrícola	BRL	Terras/Produção	2017	3,53%	-	-	7.258	7.254
Assunção de Dívida	BRL	Terras	2017	7,96%	3.874	8.175	3.874	8.175
Linha de Margeamento	USD	-	2017	4,00%		-	2.731	10.158
Financiamento do Nordeste	BRL	Nota Promissória	2017	3,53%	5.893	9.484	5.893	9.484
Finame	BRL	Máquinas	2017	5,64%	1.193	1.692	1.193	1.692
Cédula de Crédito Bancário - CCB	USD	Máquinas	2017	5,77%	12.474	1.052	12.474	1.052
Cédula de Crédito Bancário - CCB	BRL	Máquinas	2017	11,26%	133	206	133	65
Financiamento do Centro-Oeste	BRL	Máquinas	2017	8,50%	2.112	1.985	2.112	1.985
Linha de curto prazo	USD	Atribuição de recebíveis	2017	4,30%	-	-	33.051	276.749
Total passivo circulante					**230.954**	**251.205**	**830.779**	**1.060.597**
Passivo não circulante								
Pré-Pagamento	USD	Contratos de Exportação	2017	Libor + 3,66%	-	78.090	-	267.241
Adiantamento sobre contratos de cambio - ACC	USD	Nota Promissória	2017	Libor + 3,75%	-	-	-	-
Assunção de Dívida	BRL	Terras	2025	7,96%	5.546	7.941	5.546	7.941
Financiamento do Centro-Oeste	BRL	Máquinas	2022	8,50%	2.346	2.941	2.346	2.940
Financiamento do Nordeste - FNE	BRL	Terras	2025	3,53%	47.041	47.325	100.827	47.325
Cédula de Crédito Bancário - CCB	USD	Máquinas	2018	5,77%	142	1.150	142	1.150
Cédula de Crédito Bancário - CCB	BRL	Máquinas	2019	11,26%	82	236	82	236
Finame	BRL	Máquinas	2018	5,64%	1.615	2.881	1.615	63.924
Total passivo não circulante					**56.772**	**140.563**	**110.558**	**390.757**
Total					**287.726**	**391.768**	**941.337**	**1.451.354**

Nova estrutura de dívida

Conforme comentado na nota explicativa 1, a Companhia assinou um *term sheet* com seus bancos credores em abril de 2017, após a conclusão do documento final de negociação, a nova estrutura de dívida, refletindo os dados das informações financeiras de 2016, pode ser demonstrada da seguinte forma:

					Controladora		Consolidado	
	Moeda	**Garantia**	**Ano de Vencimento final**	**Taxa ponderadas de Juros a.a.**	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**
Passivo circulante								
Adiantamento sobre contratos de cambio - ACC	USD	Nota Promissória	2017	4,86%	140.013	150.352	140.013	291.207
Pré Pagamento	USD	Contrato de Exportação	2017	Libor + 3,62%	65.262	78.259	65.262	452.776
Linha de Custeio Agrícola	BRL	Terras/Produção	2017	3,53%	-	-	7.258	7.254
Assunção de Dívida	BRL	Terras	2017	7,96%	3.874	8.175	3.874	8.175
Linha de Margeamento	USD	-	2017	4,00%		-	2.731	10.158
Financiamento do Nordeste	BRL	Nota Promissória	2017	3,53%	5.893	9.484	5.893	9.484
Finame	BRL	Máquinas	2017	5,64%	1.193	1.692	1.193	1.692
Cédula de Crédito Bancário - CCB	USD	Máquinas	2017	5,77%	12.474	1.052	12.474	1.052
Cédula de Crédito Bancário - CCB	BRL	Máquinas	2017	11,26%	133	206	133	65
Financiamento do Centro-Oeste	BRL	Máquinas	2017	8,50%	2.112	1.985	2.112	1.985
Linha de curto prazo	USD	Atribuição de recebíveis	2017	4,30%	-	-	33.051	276.749
Total Passivo Circulante					**230.954**	**251.205**	**273.994**	**1.060.597**
Passivo Não Circulante								
Pré-Pagamento	USD	Contratos de Exportação	2017	Libor + 3,66%	-	78.090	396.200	267.241
Adiantamento sobre contratos de cambio - ACC	USD	Nota Promissória	2017	Libor + 3,75%	-	-	160.585	-
Assunção de Dívida	BRL	Terras	2025	7,96%	5.546	7.941	5.546	7.941
Financiamento do Centro-Oeste	BRL	Máquinas	2022	8,50%	2.346	2.941	2.346	2.940
Financiamento do Nordeste - FNE	BRL	Terras	2025	3,53%	47.041	47.325	100.827	47.325
Cédula de Crédito Bancário - CCB	USD	Máquinas	2018	5,77%	142	1.150	142	1.150
Cédula de Crédito Bancário - CCB	BRL	Máquinas	2019	11,26%	82	236	82	236
Finame	BRL	Máquinas	2018	5,64%	1.615	2.881	1.615	63.924
Total Passivo Não Circulante					**56.772**	**140.563**	**667.343**	**390.757**
Total					**287.726**	**391.768**	**941.337**	**1.451.354**

(i) ***Covenants***

A Companhia e suas controladas possuem algumas obrigações contratuais (*covenants*) decorrentes destes financiamentos, tais como manutenção de certo índices financeiros e operacionais. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia e suas controladas não atingiram todos os índices financeiros estabelecidos, no entanto não houve mudança de maturidade da dívida, dado que a dívida já estava no curto prazo. No dia 07 de abril de 2017, a Administração assinou um term sheet de acordo com os credores, conforme descrito na nota explicativa 1.
As informações da exposição cambial do Grupo e de riscos de liquidez estão demonstradas na nota explicativa 26.

22 Contingências

A Empresa e sua controlada são partes em processos judiciais envolvendo contingências tributárias. Para fazer face às perdas futuras vinculadas a esses processos, foi constituída provisão em valor considerado pela Administração da Empresa como suficiente para cobrir as perdas avaliadas como prováveis. A Empresa e sua controlada classificam o risco de perda nos processos legais como "remotos", "possíveis" ou "prováveis". A avaliação da probabilidade de perda nessas ações, assim como a apuração dos montantes envolvidos, foi realizada considerando-se os pedidos dos reclamantes, a posição jurisprudencial acerca das matérias e a opinião dos consultores jurídicos da Empresa e de sua controlada. As principais informações dos processos estão assim apresentadas:

	Controladora		**Consolidado**	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**
Fiscal - ICMS	1.976	-	4.472	-
Total	**1.976**	**-**	**4.472**	**-**

Na controladora, a filial de Baixa Grande do Ribeiro-PI, possui crédito fiscal apurados no últimos decorrentes das aquisições de insumos na produção agrícola, e tendo a maioria dos produtos destinados á exportação, a empresa com base em análise de recuperação de crédito decidiu provisionar 50% do atual crédido de ICMS do PI, no valor de R$ 1.976.

No consolidado, refere-se a alegação fiscal de que a filial CGG de Rio Verde não teria exportado, no prazo regulamentar, 1.422.421 kg de milho em grãos, em função do que exige o ICMS e acréscimos legais (multas e juros), valor de R$ 2.496.

A Companhia possui outros processos administrativos e judiciais em andamento, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas como de risco de perda possível e cujas eventuais perdas financeiras foram mensuradas no montante de R$ 3.200. Em função de não poder ser determinado o estágio em que se encontra o desfecho dessas ações, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas demonstrações financeiras uma vez que não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

23 Provisões

A Companhia constitui provisão tendo como ponto de partida a política implementada pela nova Administração, a qual constatou o provável risco de recuperabilidade dos saldos de adiantamentos a fornecedores, *Take or Pay*, contas a receber, partes relacionadas e outros itens do balanço, tal alteração na política deve-se ao fato da gestão anterior acreditar que havia expectativa de recebimento. A política adotada é devido ao novo cenário para a Companhia e controladas.

Os valores das provisões constituídas estão demonstrados a seguir:

	Controladora	**Consolidado**
Take or pay (i)	-	113.025
Adiantamentos a fornecedores de mercadorias (ii)	-	55.827
Instrumentos financeiros derivativos (iii)	-	25.891
Contas a receber em atrasos(iv)	-	22.460
Partes relacionadas (v)	-	20.664
Créditos fiscais de pis e cofins e ICMS (vi)	1.632	13.598
Bank agrement (i)	-	8.799
Mercadorias a entregar (i)	5.213	5.213
Trabalhistas (i)	-	3.200
*Wash out (*i)	-	2.894
Venda por liquidação (i)	1.983	1.983
CFTC risk (i)	-	1.027
Gastos extras não cobertos por seguro (i)	528	528
Outras provisões (i)	152	152
Total	**9.508**	**275.261**

As provisões acima impactaram os seguintes grupos de contas do balanço:

(i) Outros Contas a Pagar

(ii) Adiantamentos a Fornecedores

(iii) Instrumentos derivativos

(iv) Contas a Receber

(v) Partes Relacionadas

(vi) Impostos a Recuperar

24 Imposto de renda e contribuição social

Foram registrados impostos diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e imposto de renda, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias.

Por ocasião da análise, para efeito de determinação da parcela a ser registrada, a Administração da Companhia e suas controladas utilizou-se das projeções de resultados para os próximos exercícios e avaliou a efetiva capacidade de realização desses créditos, com base nas estimativas dos lucros tributáveis futuros.

As perspectivas futuras dos negócios e suas projeções de resultados constituem-se em previsões suportadas pelas expectativas da Administração, portanto, dependem de variáveis nos mercados nacional e internacional, estando sujeitas a mudanças. Esses créditos são mantidos no ativo não

circulante. Os valores são demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
Natureza dos impostos diferidos				
Ativo	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**
Prejuízos fiscais				
Imposto de renda s/ prejuízo fiscal e base negativa de contrib social (a)	183.848	99.884	192.577	138.830
Provisão para imposto de renda diferido*	(82.897)	-	(106.668)	-
Ajustes RTT:				
Marcação a mercado - contratos em aberto/ estoques e outros	(2.262)	(1.249)	20.220	(6.633)
Ativos biológicos	957	(278)	957	(278)
IR CGG Argentina	-	-	14.952	6.864
IR Corredor	-	-	1.967	-
Diferenças Temporárias:				
Variação cambial passiva não realizada	(12.774)	52.900	(12.774)	123.578
Provisão diversas	1.209	7.240	91.699	7.240
Impostos diferidos ativos não correntes líquidos	**88.081**	**158.497**	**202.930**	**269.601**
Ativo fiscal diferido	88.081	158.497	202.930	275.921
Passivo fiscal diferido	-	-	-	(6.320)
Total	**88.081**	**158.497**	**202.930**	**269.601**

(*) Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos em sua totalidade com relação a estes itens por falta de premissas futuras com confiabilidade suficiente que permitisse o registro do ativo fiscal diferido, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 32 (IAS 12) - Tributos Sobre o Lucro

	Controladora		Consolidado	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**
Reconciliação da Taxa Efetiva				
(Prejuízo) contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(260.036)	(236.855)	(486.307)	(281.753)
Resultado positivo (negativo) de equivalência patrimonial	223.326	12.499	-	2.497
Efeitos da variação cambial de subsidiária	-	(63.302)	-	(63.302)
Efeitos da contabilidade de hedge accounting	-	-	-	-
Prejuízo contábil ajustado	**(36.710)**	**(287.658)**	**(486.307)**	**(342.558)**
Alíquota combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social utilizando a alíquota combinada	12.481	97.804	165.344	116.470
(Adições)/Exclusões permanentes				
Translation	-	-	(42.450)	14.660
Outros (provisões) / reversões de provisões	-	(2.346)	-	(2.428)
Valor bruto	**12.481**	**95.458**	**122.894**	**128.702**
Alíquota efetiva	34%	-33%	-28%	-38%
(-) Provisão para imposto de renda diferido (a)	(82.897)	(19.549)	(189.565)	(19.549)
Valor líquido	**(70.416)**	**75.909**	**(66.671)**	**109.153**

(a) A Companhia não reconheceu parte do ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais acumulados, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar estes benefícios. Os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

A Companhia e suas controladas efetuam mensalmente o acompanhamento da realização dessas projeções para certificar-se de que a realização dos impostos está ocorrendo de acordo com as projeções de rentabilidade e de que não há necessidade de reversão de nenhum saldo contabilizado.

De acordo com essas análises e projeções, a Companhia e suas controladas preveem a geração de lucro tributável futuro suficiente para ser compensado com os créditos projetados no quadro anterior.

25 Patrimônio líquido (Controladora)

O capital social subscrito e integralizado da companhia em 31 de dezembro de 2016 é de R$ 366.418, dividido em 114.943.677 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, conforme abaixo:

Acionistas	**2016**	**2015**
Cia de Tecidos Norte de Minas	31.609.708	31.609.708
Fazenda do Cantagalo Ltda.	23.859.811	23.859.811
GFN Agrícola e Participações S.A.	20.149.043	20.149.043
Agrícola Estreito S.A.	19.527.163	19.527.163
Valor Grains LLC	12.115.258	12.115.258
Coteminas International Ltd	1.935.510	1.935.510
Sojitz Agrícola Participações Ltda	5.747.184	5.747.184
Total	**114.943.677**	**114.943.677**

Reservas de Lucros

Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social, podendo ser utilizada somente para aumento de capital ou absorção de prejuízos acumulados.

Ajustes de avaliação patrimonial

Incluem todas as diferenças de moeda estrangeira decorrentes de conversão das demonstrações financeiras das controladas.

26 Instrumentos Financeiros

Gerenciamento de risco corporativo

Visão geral

A Companhia está exposta a diversos tipos de riscos, sejam financeiros (liquidez, mercado e crédito), legais, operacionais, entre outros.

A partir de uma análise criteriosa da matriz de riscos, a Companhia seleciona aqueles que apresentam maior probabilidade de ocorrência e impacto financeiro, e os monitora periodicamente.

Entre os riscos prioritários estão:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e

- Risco operacional.

Atualmente, a política de gestão de riscos corporativos adota as seguintes premissas:

- Todos os riscos classificados como "prioritários" são identificados, analisados e monitorados;
- Limites de uso de capital são aprovados pelo Conselho de Administração;
- Todas as exposições são reportadas e mensuradas com frequência apropriada;
- A área de gestão de riscos monitora a exposição, os riscos tomados versus os limites pré-estabelecidos, alerta as áreas de negócios, Comitê de Gerenciamento de Riscos e Diretoria Executiva sobre eventual desenquadramento, dá orientações sobre quanto e como reduzir a exposição e orienta na solicitação de limite adicional.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos da Companhia para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração tem papel fundamental (i) no desenvolvimento de uma sólida estrutura de gerenciamento de riscos, (ii) na aprovação da Política de Gestão de Riscos Corporativos proposta pelo Comitê de gerenciamento de riscos e (iii) no acompanhamento do cumprimento desta política, verificando o enquadramento aos limites globais estabelecidos.

O Comitê se reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre as suas atividades enquanto que a área de Gestão de Riscos ao presidente executivo e ao Comitê de Gerenciamento de Riscos.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites de uso de capital, exposições e controles de riscos, e para monitorar riscos e sua aderência aos limites pré-estabelecidos. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos foram determinadas inicialmente e são revisadas periodicamente, para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, visa desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, ou seja, uma cultura de riscos na qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

Comitê de gerenciamento de riscos e Departamento de gerenciamento de riscos

O Comitê de gerenciamento de riscos e o departamento de gestão de Riscos são responsáveis pela execução da Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos.

As responsabilidades do Comitê de Gerenciamento de Riscos e Área de Gestão de Riscos podem ser assim descritas:

- Planejar, desenhar e implementar o processo de Gestão de Riscos Corporativos (ERM) para

todo a Companhia e suas controladas;

- Mapear de forma organizada os principais Riscos Corporativos, descrevendo-os de forma objetiva e estimando os impactos que venham afetar o resultado dos negócios; Esses grupos se dividem em Riscos de Mercado, Riscos de Crédito, Riscos Operacionais e Riscos do Negócio;

- Propor formas de tratamento específicas para cada tipo de risco, ou seja apresentar soluções para: tomada, transferência, redução, ou eliminação do risco de acordo com o interesse da Companhia;

- Definir em conjunto com a alta Administração, uma vez por ano as prioridades de implantação de acordo com os impactos e probabilidade de ocorrência (matriz de riscos);

- Criar relatórios de Riscos de forma adequada para diferentes públicos, por exemplo, para o conselho de administração para que eles compreendam os riscos mais significativos, às unidades de negócio para garantir que eles estejam conscientes dos riscos relevantes e os limites pré-estabelecidos; e aos indivíduos em geral como forma de prestação de contas da área;
- A Área de Gestão de Riscos deve ser um dos elos de ligação entre todas as áreas da companhia e a alta Administração;

- Executar os cálculos de Riscos de Mercado e Crédito e auxiliar a empresa na criação de controles para mitigar os Riscos Operacionais e Estratégicos;

- Criar e revisar políticas de riscos, estipulando processos, responsabilidades, limites de exposição e limites de impacto financeiro. Contribuir para a construção da Governança Corporativa na empresa;

- Executar o controle dos seguros, intermediando corretoras e equipes operacionais (trading, logísticae agrícola) na contratação de seguros, controle dos sinistros e estudos mais específicos (seguro de safra, frota, Responsabilidade Civil, *"Directors & Officers"*, crédito, entre outros);

- Se relacionar com auditores internos e externos no que diz respeito aos processos desta área.

- Contribuir com a controladoria no que diz respeito às notas explicativas às demonstrações financeiras quando relacionado a instrumentos financeiros; e

- Apoiar, treinar e formar o pessoal para a construção da consciência e cultura de riscos dentro da organização.

Risco de crédito

É o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes, de títulos de investimento e de performance de entrega do volume esperado.

(i) ***Contas a receber de clientes:*** A Companhia e suas controladas estão sujeitas a risco de crédito. A Administração busca mitigar o risco de crédito por meio de uma política de crédito rigorosa, seletividade de seus clientes, acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmentos de negócios e limites individuais de crédito, procedimentos estes adotados a fim

de minimizar eventuais riscos de inadimplência em suas contas a receber de clientes. A Companhia opera nos segmentos de algodão, soja, milho e trigo. Nos clientes de mercado interno o prazo médio de recebimento é de 20 (vinte) dias. Com relação a contas a receber do mercado externo, cerca de 95% dos clientes pagam na modalidade *Cash Against Documents*, ou seja, somente após o pagamento da obrigação, os documentos são liberados ao cliente para que possa fazer o desembarque da mercadoria. Os clientes que não operam nesta modalidade efetuam pagamento por meio de carta de crédito aberta por bancos de primeira linha.

(ii) **Garantias:** Garantias são fornecidas na contratação de linhas de financiamentos bancários necessários para manter o equilíbrio de caixa da controladora e as controladas, contudo existem garantias recebidas e cedidas à parte relacionada.

Contratos de compras com fornecedores não relacionados: A Companhia está sujeita a riscos de inadimplência na entrega dos produtos aplicados aos contratos de compra com preço fixo de produtores e tradings não associados ao grupo.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações dentro do prazo de vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia e suas controladas trabalham alinhando disponibilidade e geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados. Atualmente, o Grupo está em processo de venda de ativos para manutenção dos índices e cumprimento de obrigações com terceiros.

O resultado de 2016 foi impactado, principalmente, pelos efeitos de desvalorização cambial sobre os endividamentos da Companhia e o aumento nos preços das sacas de soja sobre o saldo de mercadorias a entregar.

Risco de mercado

Risco de mercado representa a possibilidade de perdas financeiras que a Companhia está exposta, oriunda das variações sobre os preços das commodities, taxas de câmbio e taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar e monitorar todas as exposições a esses riscos para que fiquem dentro de parâmetros aceitáveis, definidos pelo Conselho de Administração. A Companhia compra e vende derivativos e também cumpre com obrigações financeiras para gerenciar riscos de mercado. Todas estas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos e deliberadas pelo Conselho de Administração.

(i) ***Risco de preço de commodities:*** A Companhia opera com derivativos de commodities para minimizar a variabilidade do seu resultado causada pelo reconhecimento contábil de ativos e passivos, direitos e obrigações a valor justo, valorizados de acordo com a cotação dos preços de commodities nas Bolsas Internacionais (ICE e CBOT) e índices divulgados pela CEPEA/ESALQ. As exposições a este tipo de risco são constantemente atualizadas, em virtude do curso normal de negócios da Companhia. Portanto, a gestão dessa exposição ocorre dinamicamente por meio de contratos derivativos com o objetivo de realizar ajustes de *hedge* de acordo com a nova

necessidade. A utilização desses contratos derivativos é monitorada e baseada no limite de risco preestabelecido pelo Conselho de Administração, através da política de riscos corporativos. A Companhia é produtora de algodão, soja e milho. Aproximadamente 10% da matéria-prima comercializada é produzida pela Cantagalo, enquanto que os outros 90% advém de produtores externos e de outras tradings. Os produtos soja, milho, trigo e algodão são comercializados no mercado interno e externo, e o seu preço de venda é composto pelos preços dessas commodities nas bolsas de Chicago e Nova Iorque e o prêmio local. Isso faz com que estes sejam os principais fatores de risco do portfólio. A exposição líquida entre compras e vendas é gerenciada por meio de instrumentos financeiros derivativos de algodão, soja e trigo (futuros ou de balcão) referenciados à mesma Bolsa e é monitorada por meio dos limites de risco pré-estabelecidos pelo Conselho de Administração, através da política de riscos corporativos. Os ganhos ou perdas originados desses instrumentos de proteção são registrados no resultado do exercício.

(ii) ***Risco de moeda:*** A Companhia está sujeita ao risco de moeda nas compras e vendas de mercadorias, custos futuros com logística ou qualquer ativo ou passivo monetário denominados em moeda estrangeira. A Companhia utiliza Contratos de balcão ou de bolsa para proteger seu risco de moeda, com vencimento de menos de um ano da data das demonstrações financeiras. Quando necessário esses contratos são renovados no vencimento. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são gerenciados pela sua exposição líquida, por meio de compras e vendas de moeda estrangeira a taxas à vista ou futuras (*forwards*), quando necessário, para exposições de curto prazo.

(iii) ***Risco de taxa de juros:*** A dívida da Companhia está atrelada a taxas fixas e variáveis, portanto está exposta a variações na taxa de juros. O risco de exposição do CDI é parcialmente compensado por aplicações financeiras. O gerenciamento do custo financeiro total da Companhia possui como objetivo fazer com que seu custo financeiro esteja em linha com o praticado pelo mercado, considerando entidades com porte similar.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas aos processos de negócios, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez.

O objetivo da Companhia é monitorar os potenciais riscos operacionais visando mitigar ao máximo a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação e continuidade de seus negócios, buscando assim, a eficácia de custos evitando procedimentos de controle que não são eficazes.

Informações quantitativas

Gestão de capital

A política da Administração é manter uma base de capital suficiente para manter a confiança do investidor, do credor e do mercado. O principal objetivo é o desenvolvimento futuro de negócios. A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, sendo eles: aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Também faz parte da carteira de instrumentos financeiros, as operações com instrumentos financeiros derivativos que são contratadas para proteção da volatilidade de mercado, bem como, as operações de compra e venda a termo de mercadorias com diversos produtores, tradings e clientes. Para esse fim são utilizados os seguintes instrumentos de

proteção: *swap* cambial, operações com NDF - *Non-Deliverable Forwards* e futuros de *commodities* e moeda.

Riscos de crédito

(i) Exposição a riscos de crédito: A exposição máxima do risco do crédito está substancialmente concentrada nos instrumentos financeiros abaixo:

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**
Caixa e Equivalentes de Caixa	9	2.686	11.788	43.388	148.142
Contas a Receber	10	7.606	4.211	29.569	182.393
Adiantamento a Fornecedores	12	393	2.956	159.794	348.657
Adiantamento Fazenda Fronteira	14	35.137	23.083	35.137	27.538
Mercadorias a receber	15	23.770	-	61.442	-
Outros creditos		3.390	4.995	4.130	79.046
Total		**72.982**	**47.033**	**333.460**	**785.776**

As operações de aplicações financeiras podem ser pulverizadas em diversas instituições financeiras, consideradas pelo mercado de primeira linha. pelas contas a receber de clientes, as quais a Companhia faz uso de cartas de créditos ou CAD - *Cash Against Document* para proteção de sua carteira.

Contas a receber de clientes: A exposição máxima ao risco de crédito na data do relatório por região geográfica para as contas a receber de clientes apresentado acima foi de:

	Consolidado	
	2016	**2015**
Doméstico	26.379	40.296
Suiça	-	51.549
Turquia	-	37.057
Dubai	-	14.835
China	-	14.624
Reino Unido	-	7.034
Japão	-	6.623
Cingapura	-	4.080
Egito	-	2.577
Outros	3.190	3.718
Total	**29.569**	**182.393**

Risco de liquidez

A seguir estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros incorridos e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	Consolidado				
Ativos	**Valor Justo**	**1 ano ou menos**	**1-2 anos**	**2-5 anos**	**Mais que 5 anos**
Caixa e Equivalentes de Caixa	43.388	43.388	-	-	-
Instrumentos Derivativos	(9.910)	(9.910)	-	-	-
Contas a receber	29.569	26.607	2.962	-	-
Estoques	4.466	4.466	-	-	-
Adiantamento a Fornecedores	159.794	159.794	-	-	-
Ativo Biológico	1.727	1.727	-	-	-
Partes Relacionadas	112.823	94.243	18.580	-	-
Impostos a recuperar	109.174	69.768	39.406	-	-
Mercadorias a receber	61.442	-	22.702	34.054	4.686
Outros créditos	4.130	1.271	2.859	-	-
Passivos					
Empréstimos e financiamentos	(941.337)	(830.779)	(1.758)	(82)	(108.718)
Fornecedores	(79.436)	(79.436)	-	-	-
Mercadorias a Entregar	(185.930)	(81.407)	(104.523)	-	-
Outras Contas a Pagar	(141.453)	(141.453)	-	-	-
Total	**(831.553)**	**(741.721)**	**(19.772)**	**33.972**	**(104.032)**

Risco de mercado

(i) Risco de commodities

	Valor Justo (R$ mil)			Valor Justo (R$ mil)		
	2016			2015		
	Até 6 meses	**Superior a 6 meses**	**Valor Justo**	**Até 6 meses**	**Superior a 6 meses**	**Valor Justo**
Contratos a termo e estoque						
Algodão	26.609	-	26.609	58.084	-	58.084
Soja	(15.821)	-	(15.821)	53.374	-	53.374
Milho	(5.700)	-	(5.700)	(671)	5.785	5.114
Trigo	4.063	-	4.063	5.195	-	5.195
Cevada	-	-	-	778	-	778
Mercadorias a entregar	(81.407)	(104.523)	(185.930)	(36.786)	(142.080)	(178.866)
Contratos futuros (*Forward*)						
Algodão	-	49	49	30	2.331	2.361
Soja	(694)	(411)	(1.105)	19.191	152	19.343
Milho	-	805	805	8.770	620	9.390
	(72.950)	**(104.080)**	**(177.030)**	**107.965**	**(133.192)**	**(25.227)**

A Companhia utiliza basicamente duas categorias de instrumentos de preço para controle da exposição de commodities:

(a) Contratos derivativos futuros negociados diretamente pela Companhia em Bolsa (CBOT/ICE) ou a termo balcão com instituições financeiras de primeira linha;

(b) Contratos a termo negociados diretamente com clientes e fornecedores.

O valor justo dos contratos derivativos futuros em bolsa é equivalente ao valor de mercado para

a reversão de tais posições. As operações realizadas em ambiente de Bolsa têm a necessidade da disponibilização de margens iniciais e os ajustes são realizados diariamente, de acordo com a variação do preço referencial. Para os contratos de balcão, a mensuração pelo valor justo é dada pela diferença entre preços fixados na contratação e seus respectivos valores de mercado, via informação pública. Essa mensuração segue os modelos usuais de mercado e são calculadas mensalmente tanto pela Companhia como pelos bancos que intermediam as operações. Para esses contratos não há necessidade de depósitos de margem. O impacto sobre o fluxo de caixa da Companhia se dá somente na data de liquidação. A mensuração do valor justo dos contratos a termo com clientes e fornecedores é realizada com base na diferença entre o preço de compra ou venda fixado e o preço de mercado na data-base. Para determinação dos preços de mercado, são utilizados os mesmos indicadores da fixação, ou seja, cotações das bolsas de Chicago e Nova Iorque.

- **Análise de sensibilidade para risco de commodities:** A Companhia adotou três cenários para a análise de sensibilidade, sendo um provável, apresentado abaixo, e dois que possam apresentar efeitos de depreciação do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia. O cenário provável foi definido internamente pela área de gerenciamento de riscos e representa a expectativa da Companhia com relação à variação deste indicador para os próximos 12 meses. Os cenários: Possível e Remoto são os cenários propostos pela legislação vigente.
A metodologia utilizada foi a de delta MTM, ou seja, o recálculo do valor justo com estresse de cada cenário sobre a taxa de mercado do dia 31 de dezembro de 2016.

	Cenários		
Risco de commodities	**Provável**	**Possível**	**Remoto**
Cenários e níveis de preço	**+12,5%**	**+25%**	**+50%**
Não derivativos	**22.219**	**44.440**	**88.878**
Algodão	9.493	18.986	37.972
Milho	603	1.206	2.412
Soja	98	197	393
Soja (Venda Fazendas)	12.025	24.051	48.101
Derivativos	**(1.486)**	**(2.971)**	**(5.942)**
Algodão	(1.078)	(2.157)	(4.313)
Milho	(448)	(897)	(1.793)
Soja	41	82	165
Efeito total	**20.733**	**41.469**	**82.936**

Em virtude da sazonalidade do comportamento da cotação da commodity, esse cenário está sujeito a variações durante o ano/safra.

(ii) Risco cambial

Exposição à moeda estrangeira: A exposição da Companhia está substancialmente atrelada à variação do dólar americano (USD). As subsidiárias CGG Trading S.A., CGG Trading B.V e CGG Trading Argentina S.A. adotam o dólar como moeda funcional de seus negócios, e consequentemente, estão expostas ao risco de variação de operações denominadas em reais (Brasil) e em pesos (Argentina). Segue exposições conforme data-base apresentada abaixo:

	Em dólares	
	2016	**2015**
Ativo	129.724	76.616
Passivo	(318.694)	(113.489)
Exposição Bruta do Balanço Patrimonial	**(188.970)**	**(36.873)**
Notional Derivativos Cambias	(49.329)	(144.401)
Exposição Líquida	**(292.315)**	**(181.274)**

Instrumentos derivativos cambiais: A exposição cambial da Companhia refere-se basicamente aos compromissos da operação. Os valores abaixo compõem o saldo de Notional apresentado acima:

Análise de sensibilidade de câmbio: A Companhia adotou três cenários para a análise de sensibilidade, sendo um provável, apresentado, abaixo, e dois que possam apresentar efeitos de deterioração no valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia. O cenário provável foi definido internamente pela área de Gerenciamento de Riscos representa a expectativa da empresa com relação à variação deste indicador para os próximos 12 meses. Os cenários possível e remoto são os cenários propostos legislação vigente. A metodologia utilizada foi a de delta MTM, ou seja, o recálculo do valor justo com estresse de cada cenário sobre a taxa de mercado do dia 31 de dezembro de 2016, subtraído do valor já reconhecido e apurando-se o valor do resultado no qual a Companhia seria afetada de acordo com cada cenário. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, são mantidas constantes.

	Cenários		
	Provável	**Possível**	**Remoto**
Cenários e níveis de preço	**+3% 3,3566 BRL/USD**	**+25% 4,0735 BRL/USD**	**+50% 4,8882 BRL/USD**
Ativo	(12.682)	(105.686)	(211.372)
Passivo	31.157	259.640	519.281
Contrato a termo	5.281	44.006	88.013
Derivativos	(4.823)	(40.189)	(80.377)
Algodão	(147)	(1.221)	(2.443)
Milho	(273)	(2.271)	(4.542)
Soja	(4.404)	(36.696)	(73.392)
Efeito total	**18.933**	**(157.772)**	**315.544**

Uma valorização do Real contra as moedas acima, em 31 de dezembro de 2016, teria o mesmo efeito, porém com resultado oposto sobre as moedas apresentadas acima, considerando que todas as outras variáveis se manteriam constantes.

(iii) Risco de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

a. Instrumentos de taxa fixa: A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado e não designa derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de hedge de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

b. Instrumentos de taxa variável: A Companhia não realiza análise de sensibilidade para instrumentos financeiros vinculados a taxas variáveis de juros, pois considera que os possíveis impactos são irrelevantes para as demonstrações financeiras da Companhia.

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**
Instrumentos de Taxa Fixa					
Aplicações Financeiras	9	2.629	10.961	27.368	43.605
Pré-Financiamento a Produtores	12	-	1.278	-	186.840
Partes Relacionadas	14	(42.521)	(204.032)	112.823	46.247
Empréstimos e financiamentos	21	(222.464)	(233.217)	(479.875)	(729.135)
Exposição de Taxa Fixa		**(262.356)**	**(425.010)**	**(339.684)**	**(452.443)**
Instrumentos de Taxa Variável					
Empréstimos	21	(65.262)	(158.551)	(461.462)	(722.219)
Exposição de Taxa Variável		**(65.262)**	**(158.551)**	(461.462)	(722.219)
Exposição Total a Taxa de Juros		**(327.618)**	**(583.561)**	**(801.146)**	**(1.174.662)**

Análise de sensibilidade da taxa de juros

	Cenários		
	Provável	**Possível**	**Remoto**
Cenários e níveis de preço	**12,5%**	**25%**	**50%**
Curto Prazo	(379)	(756)	(1.506)
Longo Prazo	(24.420)	(47.525)	(90.265)
Efeito total	**(24.799)**	**(48.281)**	**(91.771)**

Ganhos (perdas) de instrumentos financeiros derivativos não realizados

A tabela abaixo sumariza os valores dos ganhos (perdas) registrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 que afetaram o balanço patrimonial e os valores que afetaram o resultado acumulado da Companhia naquelas datas:

	Controladora		Consolidado	
Instrumentos Derivativos	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**
Margens depositadas	-	-	2.832	247
MTM s/Contratos em Abertos	-	-	(30.010)	122.545
MTM Futuros e NDF em aberto	-	-	14.661	(29.982)
Total	**-**	**-**	**(12.517)**	**92.810**
Ativo circulante	-	-	41.994	166.671
Passivo circulante	-	-	(51.904)	(73.861)
Total	**-**	**-**	**(9.910)**	**92.810**

Valor justo versus valor contábil

Considerando a atividade preponderante da Companhia, diversos ativos e passivos financeiros são apresentados ao seu valor justo ou substancialmente ao seu valor justo. Instrumentos financeiros apresentados ao valor justo são os Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos) e Mercadoria a Entregar. Adicionalmente, e ainda considerando as atividades da

companhia e as características dos instrumentos financeiros, as seguintes rubricas apresentam instrumentos financeiros por valor muito próximo ao de valor justo, sendo eles aqueles registrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa, Adiantamento a fornecedores, Outros créditos, Contas a receber, Fornecedores e Outras contas a pagar.

Abaixo apresentamos os valores justos dos passivos financeiros registrados contabilmente pelo custo amortizado e que apresenta diferença substancial em relação ao valor justo:

Controladora	**2016**		**2015**	
	Valor contábil	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**
Passivos				
Passivo amortizado pelo custo				
Empréstimos e Financiamentos	(287.726)	(264.572)	(391.768)	(348.204)
Total passivo	**(287.726)**	**(264.572)**	**(391.768)**	**(348.204)**

Consolidado	**2016**		**2015**	
	Valor contábil	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**
Passivos				
Passivo amortizado pelo custo				
Empréstimos e Financiamentos	(941.337)	(898.761)	(1.451.354)	(1.339.457)
Total Passivo	**(941.337)**	**(898.761)**	**(1.451.354)**	**(1.339.457)**

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	Nota	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa	9	57	-	-	56
Aplicações financeiras	9	2.629	-	-	2.629
Estoques	11	-	1.608	-	1.608
Contas a receber	10	-	7.606	-	7.606
Mercadorias a receber	15	-	23.770		23.770
Total de ativos		**2.686**	**32.984**	**-**	**35.669**
Empréstimos e financiamentos	21	-	287.726	-	287.726
Mercadorias a entregar	19	-	185.930	-	185.930
Total de passivos		**-**	**473.656**	**-**	**473.656**

		Consolidado			
	Nota	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa	9	16.020	-	-	15.324
Aplicações financeiras	9	27.368	-	-	27.368
Estoques	11	-	4.466	-	4.466
Contas a receber	10	-	29.569	-	29.569
Mercadorias a receber	15		61.442		61.442
Instrumentos derivativos	26	-	(9.910)	-	(9.910)
Total de ativos		**43.388**	**85.566**	**-**	**128.257**
Empréstimos e financiamentos	21	-	941.337	-	940.640
Mercadorias a entregar	19	-	185.930	-	185.930
Total de passivos		**-**	**1.127.267**	**-**	**1.126.570**

27 Receita operacional

	Controladora		Consolidado	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**
Receita bruta	117.866	196.470	2.640.318	4.671.059
Variação de *hedge accounting*	-	-	-	-
Impostos sobre vendas	(5.382)	(5.606)	(12.075)	(16.471)
Devoluções e abatimentos	(733)	(43.173)	(2.747)	(44.075)
Outras receitas		-	3.705	10.366
Total	**111.751**	**147.691**	**2.629.201**	**4.620.879**

Abertura das receitas por região:

	Controladora		Consolidado	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**
Asia Oriental	61.094	103.138	1.508.721	2.835.937
Sul da Asia Oriental	13.185	10.560	657.352	820.392
Asia Ocidental	-	-	155.156	390.614
Sul da Asia	-	-	41.988	14.010
Total Asia	**74.279**	**113.698**	**2.363.217**	**4.060.953**
Total Africa		-	13.054	199.778
Total Europa	149	46.930	44.076	73.347
Total America	-	-	58.562	109.475
Oceania	-	-	16.229	67.547
Mercado Doméstico	43.438	35.842	145.180	159.959
Total	**117.866**	**196.470**	**2.640.318**	**4.671.059**

28 Despesas por natureza

	Controladora					
	2016			2015		
	Custos dos produtos vendidos	**Despesas Gerais e Administrativas**	**Total**	**Custos dos produtos vendidos**	**Despesas Gerais e Administrativas**	**Total**
Matérias-primas e produtos	(126.036)	-	(126.036)	(110.365)	-	(110.365)
Despesa com Pessoal	(11.626)	(4.351)	(15.977)	(16.509)	(6.713)	(23.222)
Custos Portuários	(1.944)	-	(1.944)	(2.634)	-	(2.634)
Outros Custos	(4.935)	(1.146)	(6.081)	(4.940)	(1.128)	(6.068)
Despesa com Prestação de Serviços	(193)	(3.939)	(4.132)	(322)	(4.238)	(4.560)
Taxas e Impostos	(183)	(582)	(765)	(258)	(1.390)	(1.648)
Arrendamentos	(608)	(140)	(748)	(1.291)	(194)	(1.485)
Subtotal	**(145.525)**	**(10.158)**	**(155.684)**	**(136.319)**	**(13.663)**	**(149.982)**
Depreciação	(6.207)	(884)	(7.027)	(7.027)	(76)	(7.103)
Amortização	-	-	-	-	(838)	(838)
Subtotal	**(6.207)**	**(884)**	**(7.027)**	**(7.027)**	**(914)**	**(7.941)**
Total	**(151.732)**	**(11.043)**	**(162.775)**	**(143.347)**	**(14.577)**	**(157.924)**

	Consolidado					
	2016			2015		
	Custos dos produtos vendidos	**Despesas Gerais e Administrativas**	**Total**	**Custos dos produtos vendidos**	**Despesas Gerais e Administrativas**	**Total**
Matérias-primas e produtos	(2.553.132)	-	(2.553.132)	(4.116.693)	-	(4.116.693)
Despesa com Pessoal	(14.522)	(45.509)	(60.031)	(18.669)	(44.742)	(63.411)
Custos Portuários	(133.236)	-	(133.236)	(319.863)	-	(319.863)
Despesa com Prestação de Serviços	(8.581)	(6.371)	(14.952)	(322)	(14.782)	(15.104)
Outros Custos	(2.344)	(16.558)	(18.903)	(14.867)	(10.312)	(25.179)
Taxas e Impostos	(246)	(4.339)	(4.584)	(282)	(4.074)	(4.356)
Arrendamentos	(3.335)	(1.516)	(4.851)	(1.424)	(1.330)	(2.754)
Resultado de Posições de Mercado	(265.151)	-	(265.151)	(97.168)	-	(97.168)
Total	**(2.980.547)**	**(74.292)**	**(3.054.840)**	**(4.569.288)**	**(75.240)**	**(4.644.528)**
Depreciação	(6.200)	(3.533)	(9.733)	(14.819)	(3.690)	(18.509)
Amortização	(10.872)	(966)	(11.838)	-	(994)	(994)
Subtotal	**(17.072)**	**(4.499)**	**(21.571)**	**(14.819)**	**(4.684)**	**(19.503)**
Total	**(2.997.619)**	**(78.792)**	**(3.076.411)**	**(4.584.107)**	**(79.924)**	**(4.664.031)**

29 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**
Receitas Financeiras				
Juros sobre adiantamentos e Pré-Financiamentos	-	-	370	4.386
Juros sobre aplicação financeira	602	2.499	16.442	7.351
Total	**602**	**2.499**	**16.812**	**11.737**
Juros sobre empréstimos obtidos	(14.114)	(14.949)	(50.826)	(52.722)
Juros de partes relacionadas	(8.295)	(13.930)	2.242	1.090
Provisão de juros	-	-	(30.168)	-
Outras despesas financeiras	(5.823)	(1.113)	(14.517)	(10.998)
Total	**(28.233)**	**(29.992)**	**(93.269)**	**(62.630)**
Financeiras líquidas	**(27.630)**	**(27.493)**	**(76.457)**	**(50.893)**
Resultado de mercadorias aeEntregar	1.778	(75.583)	(4.529)	(75.583)
Variação cambial líquida	36.030	(92.287)	31.765	(91.086)
Resultado Financeiro Líquido	**10.178**	**(195.363)**	**(51.869)**	**(217.562)**

30 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar seguros para a cobertura de riscos que venham impactar seus ativos, oriundos de danos materiais de qualquer natureza, e passivos, oriundos de processos judiciais. A Companhia e suas controladas mantêm seguros sobre veículos, sedes, escritórios, armazéns, máquinas agrícolas, aeronaves, engenharia, transporte e responsabilidade civil, cujos montantes são considerados de relevância para a Companhia.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui as seguintes coberturas: R$ 78.390 (R$ 54.997 em 2015) de responsabilidade civil e R$ 267.020 (R$ 326.995 em 2015) para danos materiais.

31 Eventos subsequentes

Em 7 de abril de 2017, a Companhia e suas subsidiárias assinaram um reperfilamento da dívida envolvendo todos os bancos credores, o qual possui, entre outras as seguintes características:

Montante da reestruturação da dívida
A dívida reperfilada corresponde a 67% da dívida de curto prazo da Companhia, correspondendo em 31 de dezembro de 2017 a R$ 556.600.

Garantia
Alienação fiduciária de 100% das ações da controlada Corredor Logística e Infraestrutura S.A. ("CLI").

Novo cronograma de amortização
Primeiro pagamento de R$ 505.110 ocorrera e num prazo de até 36 meses após a assinatura da documentação definitiva. O saldo remanescente será amortizado em 8 parcelas iguais semestrais e os juros serão pagos semestralmente. A maturidade final da dívida ocorrerá em 84 meses.

Custo da dívida reestruturada
O custo financeiro médio total incidente sobre a dívida reestruturada será de 3,75% ao ano acrescido da taxa Libor de 6 meses, durante os primeiros 36 meses. No prazo remanescente, a margem acima da Libor será de 4,50% ao ano.

Venda das ações da CLI
A Companhia se comprometeu junto aos credores da dívida reestruturada a iniciar um processo de venda organizada das ações da CLI num prazo máximo de 3 anos. Os recursos oriundos da venda das ações da CLI serão destinados prioritariamente à amortização da dívida reestruturada.

Ainda no contexto do reperfilamento de suas dívidas, a Companhia efetuou, por meio de especialistas independentes, contratados, a avaliação da participação que detém no porto do TEGRAM, por meio de sua controlada CLI, o qual indicou o valor recuperável/justo de R$ 525.843. Essa participação está registrada contabilmente por R$ 141.960 e caso venha ser alienada pelos valor recuperável/justo geraria um resultado e efeito no patrimônio líquido aproximado de R$ 253.353, liquido dos efeitos tributários.

* * *

Brandon Scott Crozier
CEO

Luiz Conrado Sundfeld
CFO

Louis Fergus Bromfield Geld
COO

Fernando Yagura Maeda
Controller

Luiz Roberto Dicono
Contador - CRC 1SP266347/O-1